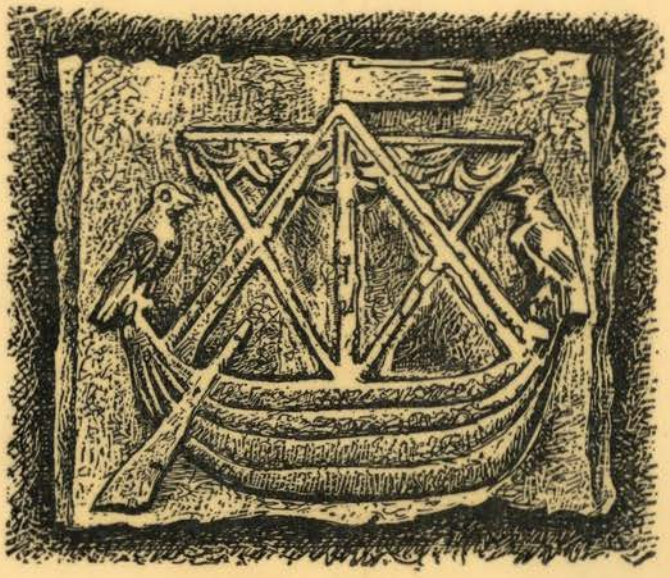
NORBERTO DE ARAÚJO

INVENTÁRIO DE LISBOA

Fasciculo 6



Edição da
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

INVENTÁRIO
DE
LISBOA

Incorporação
NOV. 1962
399 6 A.
O- 1717 A.
M

INVENTÁRIO
DE
LISBOA

por

NORBERTO DE ARAÚJO

Fasciculo VI

Reg. Prod. n.º 326
B. P. 1507
R. 16378

C. M. L.
1 9 4 9

Capa de MARTINS BARATA
Ilustrações de JOSÉ ESPINHO
Fotografias de HORÁCIO NOVAIS

SUMÁRIO

Publicados:

FASCÍCULO I — **Monumentos nacionais** — Castelo, Sé, Jerónimos, Torre de Belém, S. Vicente, Basílica da Estrela, Aqueduto das Águas Livres.

FASCÍCULO II — **Sistemas defensivos** — Cerca Moura (século XII), Cerca de D. Fernando (século XIV), Defesas marítima e terrestre (século XVII), Campo Entrincheirado (século XIX).

FASCÍCULO III — **Paços e Palácios Nacionais** — Belém, Bemposta, Necessidades, Ajuda e Assembleia Nacional.

FASCÍCULO IV — **Outros palácios do património nacional** — Almada, Alvor, Calheta, Marialva (Belém), Niza, Ega, Burnay (Junqueira), Lavradio, Barbacena, Penafiel, Foz e Farrobo (Laranjeiras).

FASCÍCULO V — **Palácios municipais** — Távora-Galveias, Mitra, Paços do Concelho (referência) e Folgosa. — **Palácios particulares** — Casa dos Bicos, Palácios Almada-Carvalhais e Belmonte.

FASCÍCULO VI — **Palácios particulares** (continuação) — Azambuja, Fronteira, Abrantes, Arcos, Azevedo Coutinhos, Pombal, Flor da Murta, Olhão-Castro Marim, Óbidos, Figueira, Redondo.

A seguir:

FASCÍCULO VII — **Palácios particulares** (continuação) — Azurara, Anadia, Sabugosa, Castelo Melhor, Tancos, Mitelo, Valadares, Vagos, Ribeira.

FASCÍCULO VIII — **Palácios particulares** (continuação).

VOLUME ESPECIAL — **Casas da Câmara de Lisboa** (estudo histórico) e **Paços do Concelho** — por Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo.

Sucessivamente:

Palácios, Casas pitorescas, Igrejas paroquiais (seguir a ordenação exposta na folha-sumário do fascículo I).

PALÁCIOS PARTICULARES HISTÓRICOS

Séculos XVII

PALÁCIO AZAMBUJA
PALÁCIO FRONTEIRA
PALÁCIO ABRANTES
PALÁCIO ARCOS
PALÁCIO AZEVEDOS COUTINHOS
PALÁCIO POMBAL
PALÁCIO FLOR DA MURTA
PALÁCIO OLHÃO (Xabregas)
PALÁCIO ÓBIDOS
PALÁCIO FIGUEIRA
PALÁCIO REDONDO

A ordem cronológica por que são apresentados os vários palácios particulares nem sempre pode ser rigorosa. A incerteza das datas de fundação, e a natureza dispersiva deste trabalho, tal não permitem. A prioridade, nalguns casos, depende do valor histórico ou do merecimento arquitectónico do edifício. Observa-se, contudo, quanto possível, a ordem das idades.

PALÁCIOS PARTICULARES

PALÁCIO AZAMBUJA

Século XVII

Fundação 1660
Restauros 1861

[Freguesia de S. Sebastião da Pedreira]

Breve notícia histórica

O Palácio de Palhavã, conhecido por Palácio Azambuja ou Palácio dos «Meninos de Palhavã», remonta na sua feição senhorial a 1660, ano em que foi edificado sobre o núcleo e os chãos de casas nobres levantadas no começo do século XVI *por Gomes Lourenço de Palhavã, da família Carvalhosas Palhavã, cujo solar se situava em Carvalhosa, do concelho de Guimarães, onde esses fidalgos assistiam.*

Foi edificador deste palácio D. Luís Lobo da Silveira, 2.º Conde de Sarzedas, que adquiriu o núcleo primitivo a Jorge Gomes de Caravalhosa Palhavã, bisneto de Lourenço, vindo a ser o palácio depois muito acrescentado pelo filho do fundador e herdeiro, 3.º Conde, D. Rodrigo, que foi vice-rei da Índia e presidente do Senado de Lisboa, ao qual se deve o portal nobre ainda de pé, mas já não armoriado dos Lobos da Silveira. Pela morte da 4.ª Condessa de Sarzedas, D. Teresa Marcelina Noronha Lobo da Silveira, que do seu casamento com D. António Luís de Távora não deixara descendência, passou o palácio ao 6.º Conde da Ericeira e 2.º Marquês do Louriçal, D. Francisco de Meneses, e depois, por extinção, em ramo directo, desta família, transitou, em 1787, para a Casa Lumiares. Foi o 6.º e último Conde de Lumiares, D. José Manuel da Cunha e Faro Meneses da Silveira, quem vendeu o Palácio de Palhavã, em 1861, ao 3.º Conde de Azambuja, Augusto Pedro de Mendoça Rolim de Moura Barreto, filho do 1.º Duque de Loulé e da Infanta D. Ana de Jesus Maria, e que, no palácio e quinta logo promoveu grandes restauros; havendo casado com uma filha de António Bernardo Ferreira, proprietário da conhecida casa dos vinhos da Ferreirinha de Régua, teve grande descendência, recorrendo-se a partilhas depois da morte desse 3.º Conde, em 1914, e sendo adquirido o palácio, em leilão, por um comerciante, que pouco depois o vendeu ao governo de Espanha por escritura de 12 de Março de 1918, era então ministro plenipotenciário D. Alejandro Padilla. Presentemente é sede da Embaixada daquele país.

No tempo ainda do primitivo proprietário e fundador do palácio, já então rodeado de linda mata e jardins, residiu nele, durante quase um ano, a rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, mulher de D. Pedro II, que em Palhavã veio a falecer em 27 de Dezembro de 1683.

Depois de o palácio ter entrado na Casa Louriçal foi arrendado por D. João V para residência (que se prolongou no tempo de D. José e de D. Maria I) de seus filhos naturais, D. António, D. Gaspar, que foi arcebispo de Braga, e D. José de Bragança, que foi inquisidor geral, nascidos respectivamente em 1714, 1716 e 1720. Foram estes os «Meninos de Palhavã», designação que se transmitiu ao palácio; o mais velho dos três infantes, D. António, morreu aqui em Agosto de 1800. Durante o primeiro período de residência dos «Meninos de Palhavã» o palácio foi restaurado e conheceu vida faustosa, da mesma maneira que na época do exílio dos infantes para longe da Corte (1760-1776) esteve abandonado, perdendo muito da sua beleza decorativa.

Quer no começo do século passado, por ocasião das invasões francesas (1807 e 1808), quer durante o cerco de Lisboa, no tempo das lutas liberais (Setembro e Outubro de 1833), o Palácio de Palhavã e o seu magnífico parque sofreram graves danos. Uma parte dos jardins e o antigo bosque desapareceram há uma vintena de anos sacrificados ao urbanismo desta parte da cidade; o palácio, porém, mantém ainda o seu aspecto elegante e repousado, um dos mais belos espécimes de edificação nobre seiscentista de toda Lisboa, mostrando interiormente os restauros levados a efeito pelo 3.º Conde de Azambuja, e renovados recentemente.

INVENTÁRIO

O Palácio de Palhavã é constituído por um corpo principal, quadrado em planta, rematado nos quatros ângulos por corpos destacados, coroados por agulha piramidal, e formando uma espécie de torreões. Assinala-se o edifício pela simplicidade nobre do conjunto e gracilidade das fachadas.

Exterior

Anota-se:

A **Fachada lateral,** sobre a Estrada de Palhavã, defendida por cortina de grades, e, nela: oito *janelas* de sacada, coroadas de ática, com balaustres de mármore, sobrepujadas, as dos *corpos extremos* torreados e rematados em grimpa cruciforme, por medalhões de mármore figurando Césares romanos;

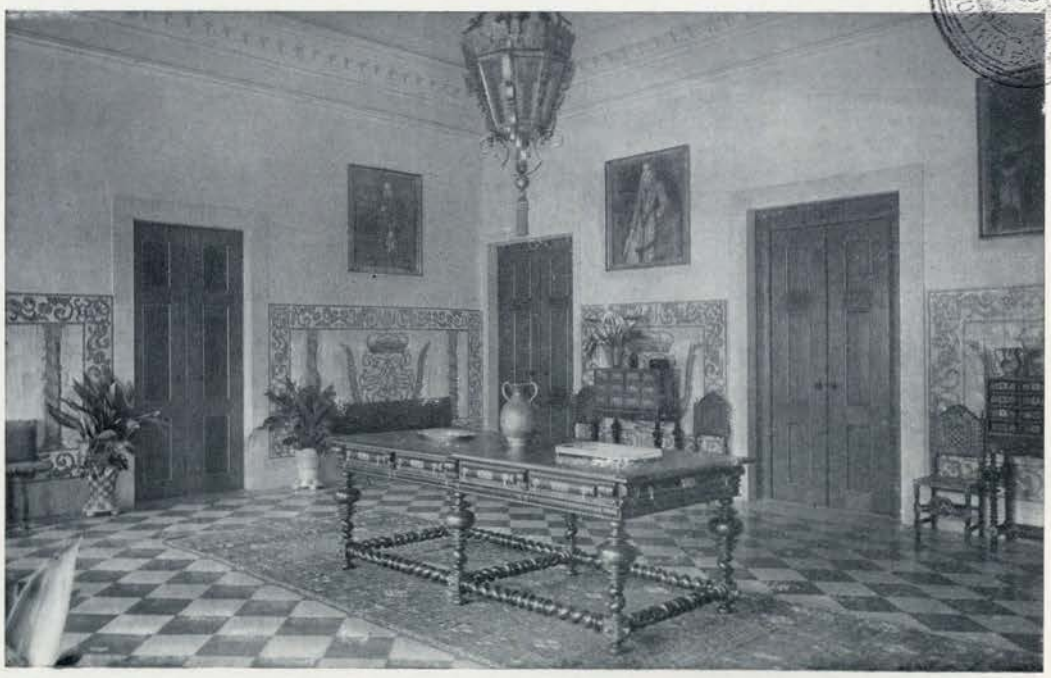
O **Portal Nobre,** no muro à esquerda do Palácio, de cantaria, com arco de volta redonda, e coroado pela pedra de armas dos Mendoças, com a sua legenda «Avé Maria», da casa Vale de Reis, adoptada pelos Loulés e Azambujas, e que susbstitui a dos Sarzedas, que blasonou até 1861;

O **Pátio Nobre,** com acesso pelo referido Portal, e nele, na face direita:

A **Fachada Principal** do Palácio, orientada a Sul, na qual se anotam: os dois *corpos extremos* torreados, nos ângulos, do tipo já descrito; a *arcaria central,* que esses corpos ladeiam, constituída por *cinco arcos* de volta abatida, apoiados sobre finos pilares de mármore, estando os três centrais fechados com murete de fiadas de cantaria, guarnecida de balaustrada que se continua, e os dois extremos abertos, dando em acesso à escadaria; o *átrio exterior* da escadaria, com silhar de fiadas de cantaria, adornado de cada lado com um nicho contendo uma estátua mitológica, e tendo, na parede do fundo, seis janelas com balaus-

PALÁCIO AZAMBUJA

Fachada sobre a Estrada de Benfica-Palhavã, com o portal nobre de acesso ao pátio (pág. 12)



Atrio do palácio no qual se vêem os paineis de azulejos setecentistas (pág. 13)

PALÁCIO ABRANTES

Fachada sobre a Calçada Marquês de Abrantes, com o corpo principal armoriado dos Lencastres (pág. 25)

PALÁCIO ARCOS

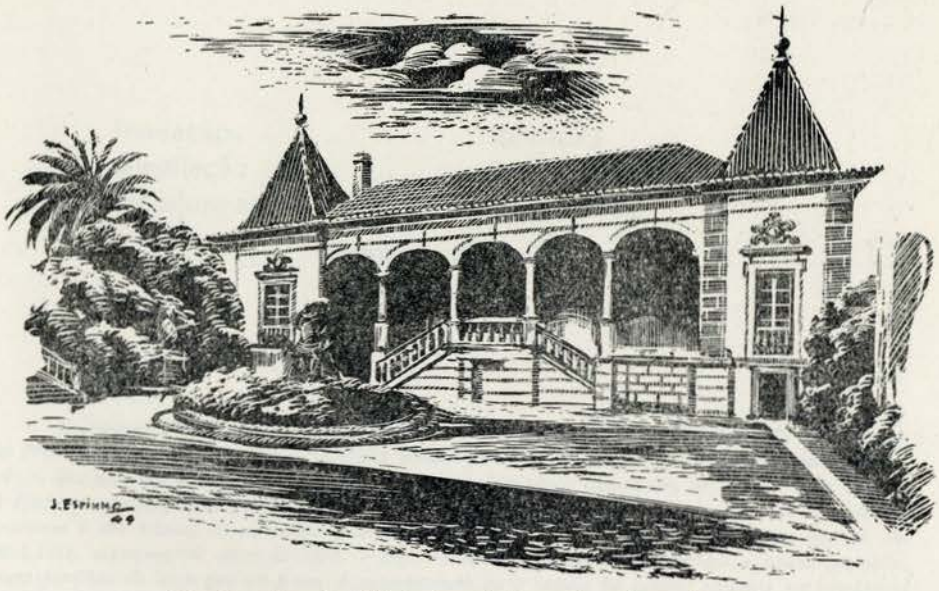
Fachada e portal nobre sobre o Largo do Salvador, em Alfama (pág. 30)

trada, coroadas de ática, a ladearem a porta emoldurada que no patamar superior, onde se reunem os dois pequenos lanços da *escadaria*, abre para a primeira grande sala.

No **Pátio:**

Quatro *estátuas mitológicas*, de mármore, assentes sobre decorativos plintos de cantaria, duas sob o muro do jardim, e outras duas sob a parede Sul; uma outra estátua mitológica, ao centro, sobre talhão de verdura; a *escadaria do Jardim*, guarnecida de balaustrada, e, no patamar, *portal*, de cantaria, de volta redonda, coroada de pináculos.

O **Jardim,** mostrando ainda restos da sua beleza, sobre o qual cai, em pavimento único, a ala Poente do Palácio, e, nele, estátuas e um tanque seiscentista, centrado por uma grande e decorativa taça de mármore.



Entrada nobre do Palácio Azambuja na face Norte do pátio

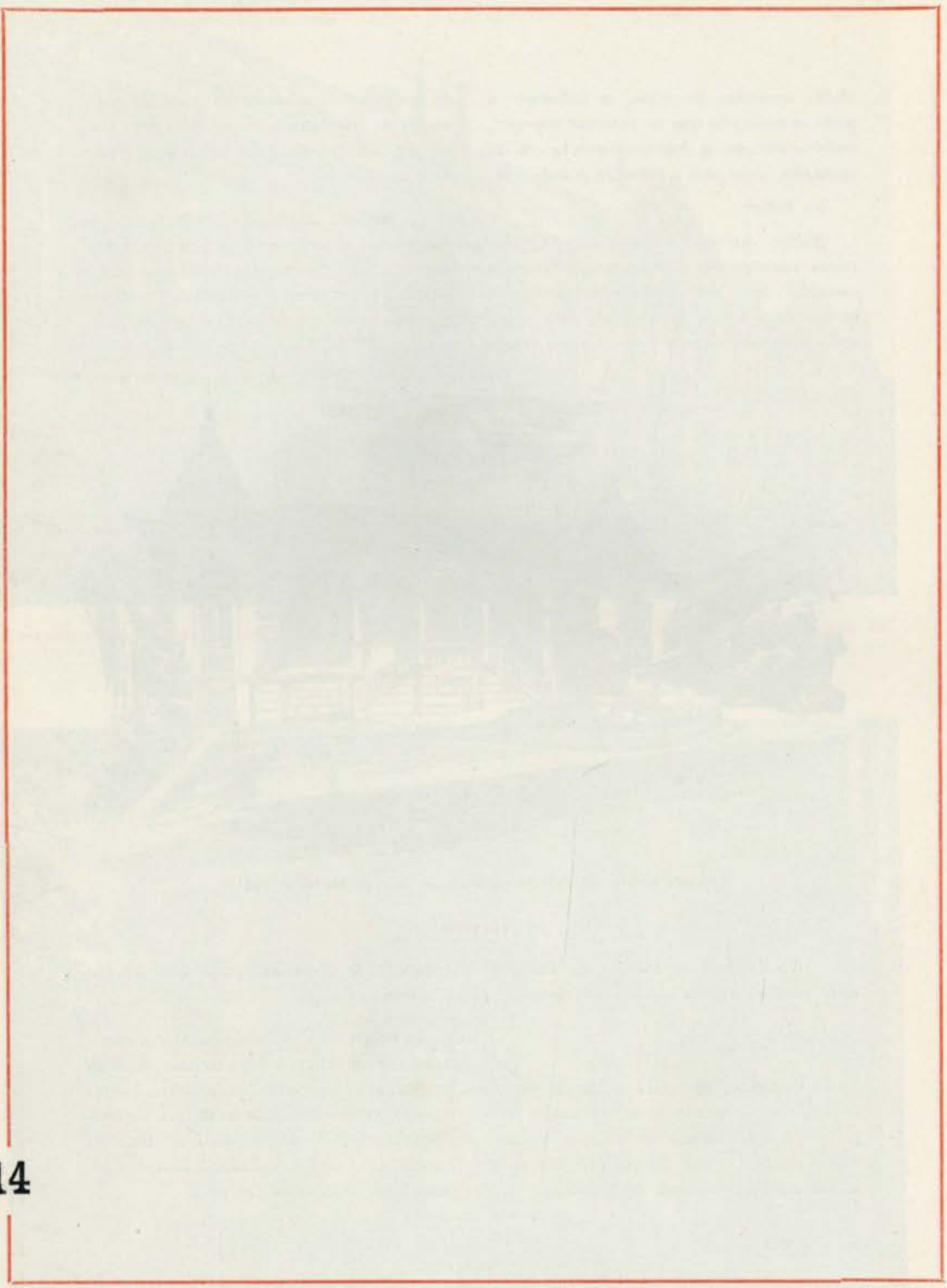
Interior

No Interior do Palácio de Palhavã, Embaixada de Espanha, pode dizer-se que nada perdura do seu aspecto seiscentista e pouco do século XVIII.

Anota-se:

O **Vestíbulo,** revestido ainda de panos de azulejos do século XVIII, em estilo «tapete» e com bordadura de folhagem e acantos, e centrados por composição heráldica incaracterística, coroada de grandeza;

As **Salas,** com tectos de estuque apainelados (século XIX), e cujo recheio de arte, em quadros, tapeçarias, mobiliários, lustres e peças ornamentais, não se integra no conjunto exterior e característico do Palácio. Anotam-se: o *Salão de Baile*, a *Sala do Embaixador* e o *Salão de Jantar*.



PALÁCIO FRONTEIRA

Século XVII

Fundação 1671-1672
Ampliação . . . . . 3.º quartel do séc. XVIII
Transformações . . . . . Actualidade

[Freguesia de Benfica]

Breve notícia histórica

O Palácio Fronteira, em S. Domingos de Benfica, foi mandado construir pelo 1.º Marquês de Fronteira, 2.º Conde da Torre, D. João Mascarenhas, um dos generais das guerras da Restauração, e que acabada a campanha veio a ser vedor da fazenda e conselheiro de Estado e da Guerra. A época da construção do palácio, que principiou por ser simples casa de campo (pois os Mascarenhas possuiam o seu palácio de residência habitual em Lisboa) pode fixar-se, no melhor dos acertos, em 1671-1672, seguramente antes de 1678, e logo de começo foi obra de grandeza e beleza afamada, mero pavilhão de caça que ele fosse. A circunstância de a capela do palácio ostentar na sobreporta exterior uma lápide que assinala o ano de 1584 não faz recuar a construção do palácio ao século XVI, *mas pode levar a crer que naqueles terrenos, chamados do «Morgado Novo», pertença dos Mascarenhas, e nos quais se ergueu a casa de campo, existisse anteriormente alguma edificação ou uma capela isolada.*

Aceita-se geralmente que o palácio fosse do risco de algum artista italiano, pois são muito ao gosto de Itália os jardins e certos pormenores arquitectónicos primitivos. A construção do palácio absorveu quase todos os rendimentos da Casa Mascarenhas, que eram grandes, e o 2.º Marquês chegou mesmo a pensar em vendê-lo, para satisfazer encargos da herança paterna.

No século XVIII, *mas só depois de 1765, foi o solar muito ampliado e melhorado pelo 5.º Marquês de Fronteira, 6.º Conde da Torre e 6.º de Coculim, D. José Mascarenhas, cónego da Sé Patriarcal, que obteve da Igreja licença para se desligar das ordens, e casar (com D. Mariana Josefa de Vasconcelos e Sousa, filha do 5.º Conde e 1.º Marquês de Castelo Melhor) a fim de garantir a sucessão dos Mascarenhas, cuja casa herdara por morte de seu irmão D. Fernando (1765).*

Nos últimos vinte anos o palácio recebeu vários melhoramentos, restauros e transformações de dependências, ordenadas pelo 10.º Marquês de Fronteira, 11.º Conde da Torre, 8.º Marquês de Alorna, D. José Maria Mascarenhas, falecido em 1944, que em 1930 sucedeu a seu pai, D. José

Mascarenhas, na posse dos títulos nobiliárquicos, e, em 1923 herdara de sua tia, irmã de seu pai, D. Leonor Maria de Assis Mascarenhas, Marquesa de Ávila e Bolama por seu casamento, o usufruto do palácio de S. Domingos, que àquela senhora coubera na divisão da herança por morte da 8.ª Marquesa de Fronteira e 9.ª Condessa da Torre, D. Maria Mascarenhas Barreto, falecida em 1914 sem descendência.

A história militar portuguesa do século XVII *tem no Palácio «de S. Domingos» (cujo antigo Convento lhe fica a-par) um valioso documento; a história da literatura assinala-se nele pela passagem, já no fim da vida, da 4.ª Marquesa de Alorna, e 7.ª Condessa de Assumar, D. Leonor de Almeida de Portugal de Lorena e Lencastre, pelo seu casamento Condessa de Oynhausen-Gravenbourg, a famosa «Alcype», que no palácio morreu (1839), e cuja filha, D. Leonor Benedita, casou com o 6.º Marquês de Fronteira, D. João José Mascarenhas Barreto, de cujo filho primogénito, 7.º Marquês, D. José Trazimundo — o autor das «Memórias» — advieram para as casas Fronteira e da Torre, por sucessão, os títulos e bens das casas Alorna e Assumar.*

O Palácio Fronteira pertence actualmente, e em virtude de disposição testamentária de D. Leonor Maria de Assis Mascarenhas, Marquesa de Ávila e Bolama, ao primeiro filho do filho primogénito varão de D. José Maria Mascarenhas, ou seja a D. José Mascarenhas, nascido em 1942, filho de D. Fernando Penalva Mascarenhas, actual Marquês de Fronteira, nascido em 1911.

INVENTÁRIO

O Palácio Fronteira, por constituir um dos mais belos conjuntos senhoriais de Portugal, merecia no «Inventário» um desenvolvimento de excepção; na impossibilidade material de o concedermos, dentro dos limites e intenção sumária deste trabalho, ele não pode deixar de ter, ainda assim, uma certa latitude no que se refere ao núcleo fixo arquitectónico e ornamental, não podendo, porém, abranger o recheio das espécies artísticas móveis.

Rodeia-se pelo Nascente, Sul e Poente de jardins e de mata e hortas, e apresenta três faces destacáveis do núcleo primitivo: a voltada ao Norte, sobre o pátio nobre, e as Nascente e Sul, sobre os jardins.

Exterior

No **EXTERIOR** do Palácio anota-se:

O **Portal,** de certa imponência mas sem nobreza de linhas, ao centro de um gradeamento que remata nos extremos por dois pequenos pavilhões quadrangulares de cobertura em pirâmide abatida, encimada cada uma delas por uma figura mitológica; este portal, com batentes de ferro trabalhado, é rematado em cada uma das suas ombreiras também por uma estátua mitológica;

A **Fachada** do corpo setecentista, sobre a rua, com três janelas ligadas por varanda única e coroadas de áticas (as fachadas baixas deste corpo, sobre a rampa do Barcal são incaracterísticas);

O **Pátio,** cuja parede do lado direito, correspondente à ala do edifício ampliado no século XVIII, é adornada ao centro com uma pedra brasonada dos Mascarenhas (três fachas em campo) colocada neste lugar em 1936, advinda de um prédio, que pertenceu à casa Fronteira, reconstruído no Rossio naquele ano; neste Pátio vêem-se, nas paredes dos topos que ladeiam o pórtico do átrio, duas fontes, com carranca de mármore e tanque.

A Fachada Principal, no fundo do pátio, constituída por dois corpos laterais, cada um com duas sacadas de balaustres, a par, ligeiramente avançados de um *corpo central,* formado este pelo pórtico, e por três varandas superiores, com balaustres, rematadas em arco de volta perfeita, num conjunto de vão envidraçado, mas que assim não foi primitivamente.

O citado **Pórtico,** constituído na sua abertura de ingresso por três arcos de volta perfeita, assentes sobre oito colunas de mármore, e de vãos abertos.

A **Fachada do Nascente,** de traça sensìvelmente igual à da já referida fachada principal, situada sobranceiramente ao jardim grande, e na qual se assinalam:

Um *roda-pé de azulejos* seiscentistas, polícromos, de *factura holandesa,* e de feição ingénua;

O *pórtico,* constituído por três arcos, de vãos envidraçados e apoiados em seis colunas de mármore;

O *átrio,* no qual existem cinco portas de ingresso no palácio, revestido de *azulejos polícromos,* seiscentistas, representando caçadas a javalis e a outras feras e cenas campestres e de pesca.

A **Fachada do Sul** sem pormenor algum que a valorize, ladeada, na frente, por um passeio, que remata com uma fonte, e que obliqua do

Terraço descoberto, passeio sobre o jardim, que acompanha, em pavimento térreo, a citada fachada Nascente defendido do jardim grande por uma balaustrada de mármore, interrompida a meio por uma escadaria.

Interior

O acesso natural ao palácio faz-se, naturalmente, pelo pórtico referido, no fundo pátio nobre.

Cumpre assinalar quanto ao **INTERIOR:**

O primeiro **Átrio,** de pequenas dimensões, logo além do pórtico, e nele: o *silhar* circundante *de azulejos* decorativos, azuis, seiscentistas; uma colecção de *dez estatuetas,* delicadas, de *mármore,* sobre mísulas de pedra, dispersas pelas paredes, e representando Apolo e as nove musas; uma *escultura de mármore,* assente no pavimento, representando um Pégaso alado, a *balaustrada* dos dois curtos lanços de escadaria, de mármore de Carrara;

O segundo **Átrio,** ou **Patamar,** e nele: um grande nicho, com remate em arco, revestido de *azulejos,* tendo ao fundo uma composição de golfinhos, concha e carranca, de mármore de Carrara;

A **Escadaria,** que sobe do Átrio, em dois lanços desdobrados, a um outro patamar superior, e revestida de *silhar de azulejos;*

O **Patamar superior,** ou terceiro **Átrio,** no qual se assinala uma *balaustrada* em mármore de Carrara, rematada por oito esferas de mármore rosa, e se nota, no tecto, um *medalhão* em pintura representando Jupiter.

Para efeitos do inventário, no interior do palácio, assinalam-se as seguintes **SALAS** ou dependências comunicantes:

A Sala das Batalhas, do núcleo primitivo do palácio, com três janelas sobre o Jardim de Venus, a mais bela de todas; e nela:

O *silhar de azulejos,* seiscentistas, a azul e cor de vinho, de factura portuguesa, com alto valor histórico, constituindo oito quadros ou painéis, que ocupam, longitudinalmente, a terça parte, baixa, das paredes, e que representam *batalhas,* combates e reencontros da guerra da Restauração (Montijo, Arronches, S. Miguel, Elvas, Ameixial, Castelo Rodrigo, Montes Claros e Trás-os-Montes), de 1644 a 1667, acompanhados de extensas legendas descritivas e de exuberante figuração, em documentação militar;

Um *painel,* a relevo de estuque, situado a toda a altura sobre um dos aludidos quadros militares, com legenda, representando, em tamanho natural e a cavalo, o fundador deste palácio, D. João Mascarenhas, 1.º Marquês de Fronteira e 2.º Conde da Torre, marechal nas campanhas da Guerra Peninsular;

Retrato do 1.º Marquês de Fronteira, 2.º Conde da Torre, da Sala das Batalhas do Palácio

Catorze *baixos relevos,* de estuque (século XVIII), quatro dos quais, em efigies, no tecto, e todos representando membros da família Mascarenhas, tendo os das sobreportas e sobrejanelas legendas discriminativas, só a não tendo o que representa o restaurador do palácio, e ordenador, sem dúvida, desta obra, D. José Luís Mascarenhas, 3.º Marquês;

A **Sala dos Painéis,** recheiada de bom mobiliário, e nela nomeadamente quanto ao interesse imóvel:

O *tecto abobadado,* com medalhões a fresco, alternando com composições ornamentais em estuque;

Medalhões, pintados a fresco sobre estuque, em seis sobreportas;

Silhares de belos azulejos decorativos, com bordaduras, constituindo diversos quadros (século XVIII);

Vários *quadros a óleo,* que justificam o nome da sala, entre eles um assinado por Pelligrini (princípio do século XIX) retratando o general 3.º Marquês de Alorna, com sua mulher e filhos, um outro, que se atribui a Domingos Sequeira, representando em crianças, D. José Trazimundo, 7.º Marquês de Fronteira, e seus irmãos Carlos e Leonor, e outros ainda retratando membros das famílias Alorna e Assumar;

A **Sala de Jantar,** antiga (actual quarto principal), do século XVIII, ocupando uma parte da ala direita do palácio, e nela:

Frescos nas paredes, sobreportas e sobrejanelas, representando figuras mitológicas, de *Pedro Alexandrino,* emoldurados de estuques ao gosto italiano;

Tecto abobadado, com estuques de finos ornatos, e com uma pintura central (reconstituição provável do tecto), do século XIX, e do qual pende um lustre de bronze;

Silhares de azulejos, setecentistas, dando cenas de caçadas e campestres;

Outras **Salas** e dependências se anotam, de menor interesse, nomeadamente:

A sala **Império,** ou «Amarela», reunindo duas salas antigas, e nela: *tectos* abobadados *com medalhões* pintados a fresco, sobre estuque de relevo; *retratos a óleo,* representando, entre outros, D. Francisco de Almeida, 1.º vice-rei da Índia, os 7.ºs Marqueses de Fronteira (estes de Silvagni, pintados em Roma, onde D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, viveu durante alguns anos), D. Madalena de Vilhena, mulher de Frei Luís de Sousa, a 4.ª Marquesa de Alorna, D. Leonor, a Marquesa de Távora e outros, quadros advindos da colecção da Casa Alorna;

Sala cor de rosa, e, nela, um roda-pé *de azulejos,* setecentista; *tecto* abobadado *de estuque,* e *quadros* vários, entre eles um «pastel», auto-retrato da 4.ª Marquesa de Alorna, D. Leonor de Almeida;

A **Sala dos Brasões,** recente e reconstituída de três antigas pequenas salas, e, nela, um tecto baixo com pinturas de brasões heráldicos de nove famílias ligadas às de Fronteira, e um roda-pé de azulejos (Batistini, 1930);

A **Sala de Fumo,** reconstituída, reunindo duas salas antigas, e nela, grandes quadros de pintura, a fresco, representando cenas de caça, de pesca e pastoris (século XVIII), e roda-pés de azulejos setecentistas;

Uma **Galeria,** rectangular, envidraçada, em comunicação com o patamar superior da escadaria, lançada sobre o jardim grande, com tecto abobadado, guarnecida de silhar de azulejos modernos (Constante, 1925), e rematada nos topos por torrinhas, cada uma delas com roda-pé de azulejos azul e cor de vinho, e tectos abobadados;

A **Biblioteca,** primitiva Sala de Jantar, rectangular, formando presentemente uma galeria envidraçada, com três janelas sobre o pátio nobre do palácio, rematadas por arco de mármore cinzento e apoiadas em colunas duplas, e com três varandas com balaustres lançados sobre a escadaria; as paredes e o tecto são decorados com frescos polícromos com motivos de frutos;

Esta sala foi mandada adaptar a *biblioteca* pelo penúltimo Marquês, D. José Mascarenhas; foi o dr. José Viterbo quem a delineou e deu a traça da armação. A livraria é constituída por espécies do século XVII e XVIII, em grande parte espanholas, obras clássicas gregas e latinas, história, geografia, ciências naturais, arte militar, biografias e manografias, avultando ainda preciosos manuscritos, quase todos provenientes da Casa Alorna, crónicas dos Reis de Portugal do século XVI, cartas de Filipe III, do Padre António Vieira, da Duquesa de Mântua, correspondência militar e diplomática, e de vários Mascarenhas ilustres, dos Alornas e Assumar, etc.

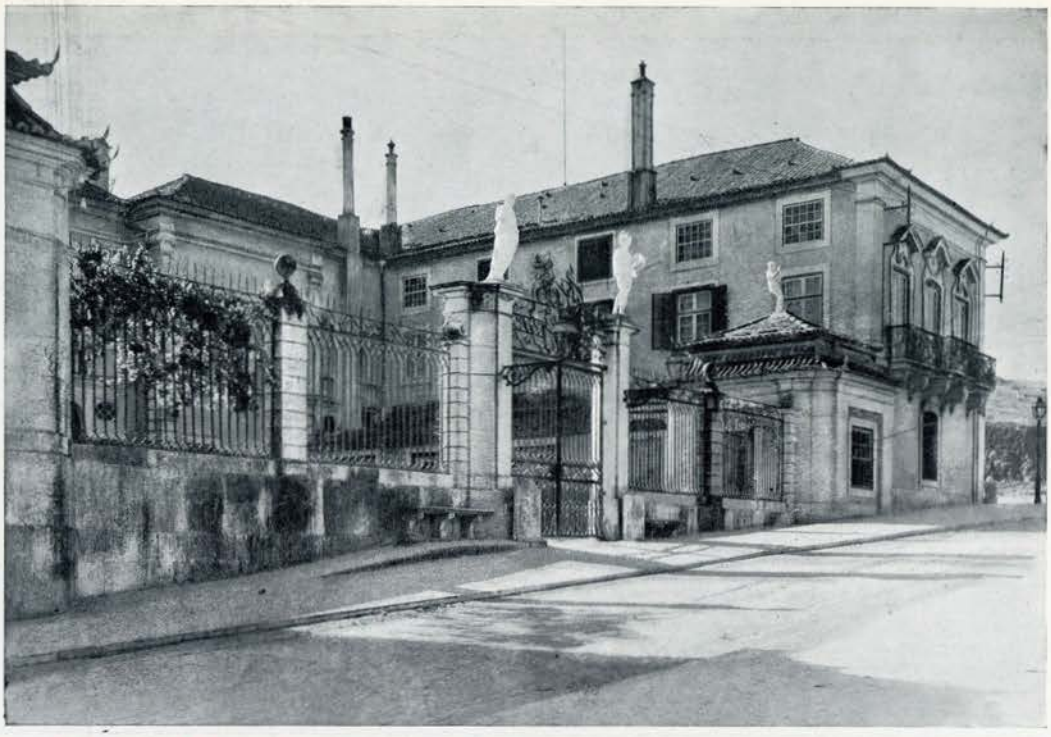
O **Terraço da Capela,** (com cinco portas de comunicação para as Salas das Batalhas e dos Painéis), lançado superiormente ao Jardim de Venus e uma das mais sugestivas dependências do palácio; e nele:

A bancada, com intermitências de *varandas de mirante,* sobre o jardim, revestida de azulejos seiscentistas;

Nove estátuas, de mármore em tamanho natural, representando figuras *mitológicas,* dentro de nichos;

Terraço do Palácio dos Marqueses de Fronteira (Séc. XVII)

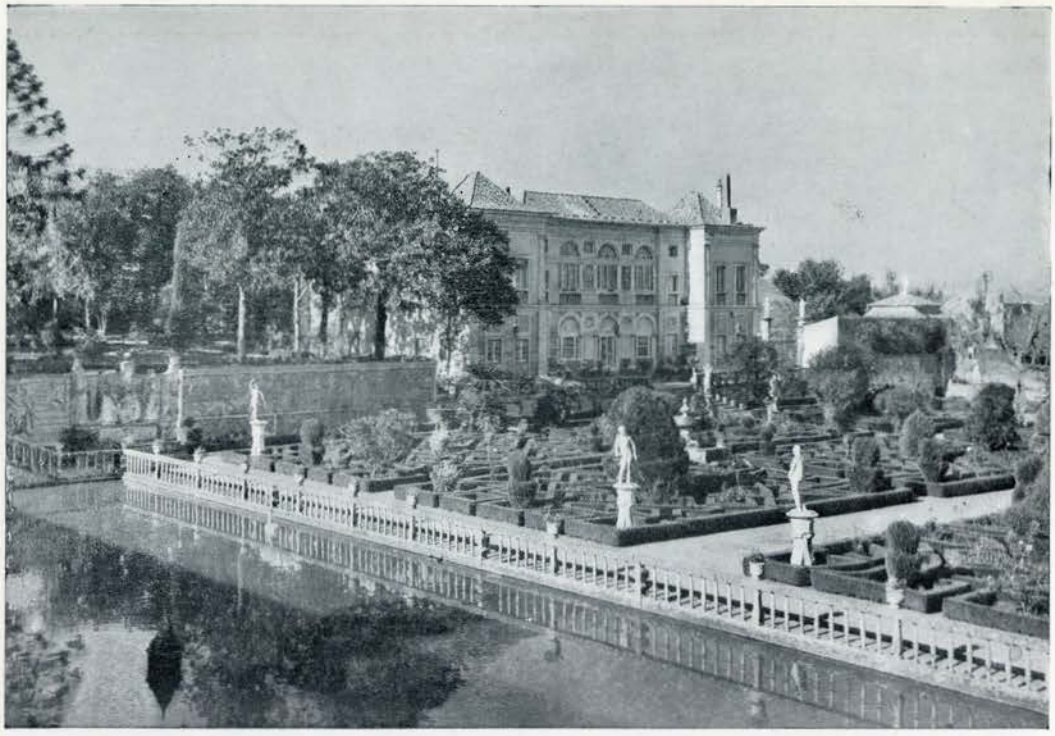
PALÁCIO FRONTEIRA



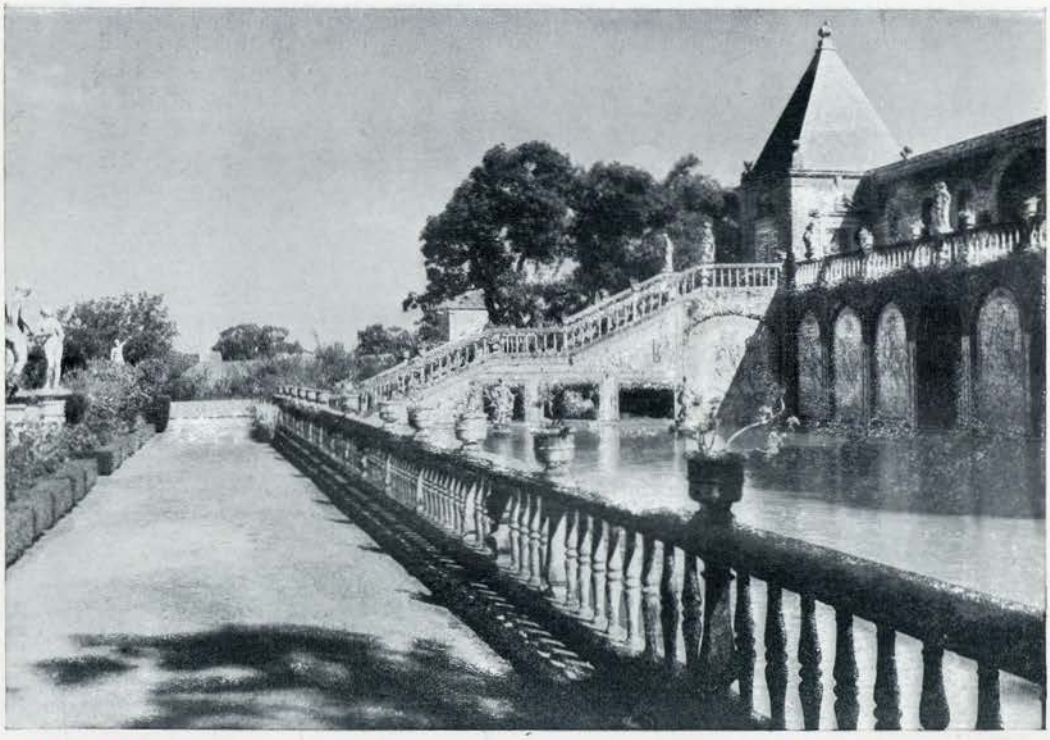
Cortina e portal nobre da fachada principal sobre o Largo de S. Domingos de Benfica (pág. 16)

Pátio exterior, com a triplice arcaria que conduz ao átrio de onde se passa para o andar nobre (pág. 16)

PALÁCIO FRONTEIRA



Jardim grande e ala Nascente do palácio, cuja fachada se vê (pág. 21)



Trecho do Lago Grande, distinguindo-se alguns dos paineis de azulejos e um dos pavilhões (pág. 21)

Dez *painéis de azulejos* figurados, seiscentistas, entre os nichos, em *alegorias* a sentidos, ciências e artes;

Uma série de onze *medalhões de faiança,* ao gosto dos de Della Robbia, circundados de frutos e de folhagens, vidrados, e cujos bustos interiores se encontram quase todos mutilados;

Um *alpendre,* no topo do terraço, sustentado por quatro colunas de mármore, com três portas, uma das quais é a de acesso à capela;

A **Capela,** muito pequena, no topo do terraço, no fundo de um pequeno alpendre sustentado por quatro colunas de mármore, e, nela: uma lápide com *inscrição* na sobreporta exterior, que assinala uma data «MDLXXXIIII» (1584, e por consequência anterior à fundação da primitiva casa de campo dos Mascarenhas); uma *figurinha* de mármore cor de rosa, sobre a lápide, representando a Fé; um presépio atribuído a Machado de Castro; dois altares, de S. Francisco Xavier e de Santo António, num dos quais se marca uma data, em caracteres romanos correspondente a 1771.

Jardins

Os jardins do palácio oferecem o máximo interesse inventariante. Citam-se:

O **Jardim grande,** ao gosto italiano, com acesso por uma porta à esquerda do Pátio, e nele:

Balaustrada de mármore que emoldura as faces Nascente e Sul;

Cinco tanques octogonais, sendo um deles, o central, constituído por uma delicada composição de mármore, composta de coluna, nichos, figuras de Cupidos, taça e remate com brasão dos Mascarenhas, de quatro faces, sobre esfera armilar;

Doze estátuas (de chumbo) sobre plintos de pedra, representando figuras mitológicas;

Vários *painéis de azulejos* seiscentistas, polìcromos, situados em muros e muretes laterais do jardim, representando, em alegorias, os meses do ano, pintura ingénua de ambiente pastoril e campestre, com curiosa figuração e motivos de lavoura, os signos, os planetas, os elementos, etc.

O **Lago Grande,** situado no fundo Sul do Jardim, defendido por uma balaustrada de mármore de Carrara, e nele:

Doze painéis de azulejo, na parede do fundo, representando, em tamanho natural, cavaleiros emplumados, a galope, muito ao tipo espanhol, e que devem representar generais das guerras da Restauração (e de nenhuma maneira os «Doze de Inglaterra»); é rica de desenho e material a composição cerâmica que guarnece os retratos e cobre a parede;

Dois painéis de azulejo, nas paredes laterais, representando também cavaleiros emplumados; o da esquerda é o marechal Conde da Torre, emoldurado por onze medalhões, com legendas, representando vários Mascarenhas, e o da direita D. José Mascarenhas, último Duque de Aveiro, com cercadura de brasões de famílias nobres;

A **Galeria dos Reis,** lançada do alto sobre o lago, e para a qual se sobe por escadarias laterais, em dois lanços, guarnecidas de balaustradas de mármore, e que rematam cada uma delas num pavilhão, de cúpula piramidal, que dá o acesso à galeria; e nesta:

A *guarnição de azulejos,* preciosa, que reveste a galeria nas paredes, no fundo de nichos e nos telhados dos pavilhões, constituída por espécimes raros, imbricados, cobreados, em relevo de pinha, curvos ou em escamas;

Os *bustos* de mármore de quinze reis de Portugal, no fundo da galeria, dentro de nichos, a começar no Conde D. Henrique, este na sobreporta do pavilhão da esquerda, e terminando em D. Pedro II, ainda regente, este na sobreporta do pavilhão da direita, e incluindo o Infante Santo mas excluindo os três Filipes;

Uma *segunda galeria,* com acesso pelo lado direito da Galeria dos Reis, e na qual se vêem os *bustos,* de mármore, de D. João V, D. José, D. Maria I e D. João VI — escultura da primeira metade do século passado — e que conduz ao

Jardim de Venus, situado a Poente da Galeria dos Reis, pela qual tem acesso, em plano superior ao Jardim Grande; nele se notam:

O *lago, octogonal,* tendo ao centro uma composição escultórica de mármore cor de rosa, representando três golfinhos sustentando uma enorme taça, da qual ascende a *estatueta de Venus;*

A «*casa do fresco*», num recanto do jardim, forrada exterior e interiormente por azulejos, alguns polícromos, do princípio do século XVII;

O *lago dos SS,* situado diante da «casa do fresco», circundado de dois bancos de jardim, revestidos na frente e nas costas de espaldar de curiosos azulejos seiscentistas, polícromos, uns com assuntos marítimos, e outros com cenas caricatas de gatos e de macacos em orquestra.

Para Poente e Sul deste Jardim desdobra-se a mata, muito frondosa, que se prolonga às abas da Serra do Monsanto.

Para mais perfeito conhecimento do palácio, suas salas e jardins, e sua riqueza cerâmica, consulte-se «Jardins e palácio dos Marqueses de Fronteira», do dr. José Cassiano Neves (1941), que por sua vez se reporta a historiadores e críticos de arte que deste palácio se têm ocupado.

PALÁCIO ABRANTES

Século XVII

Núcleo primitivo. . Séc. XV e XVI
Fundação. 1629
Restauros . . . . . 2.ª metade do séc. XVIII e XIX

[**Freguesia de Santos**]

Breve notícia histórica

O Palácio dos Marqueses de Abrantes, a Santos-o-Velho — actual Embaixada de França — situado na Calçada do Marquês de Abrantes, contíguo pelo Nascente à Igreja de Santos, é o sucessor directo do Paço Real de Santos. Fora este paço — do qual, deve dizer-se, não restam vestígios — começado a erigir por D. Manuel I em 1501, sobre o núcleo de uma casa solarenga que aquele rei adquirira, por escambo, a Fernão Lourenço, opulento feitor das Casas da Mina e da Índia, o qual por sua vez, e alguns anos antes, levantara aquele seu solar em terreno aforado às comendadeiras de Santos, senhoras do domínio directo, onde fez arrazar as casas decrepitas do velho mosteiro que no final do século XII *D. Sancho I doara aos monges cavaleiros da Ordem de Santiago, e no século seguinte se transferiu para as comendadeiras da mesmo Ordem.*

Quando Fernão Lourenço construiu o seu solar já as comendadeiras haviam deixado o seu mosteiro, por ordem de D. João II, transferidas, em 1490, para um novo e pequeno cenóbio na Cruz da Pedra, que antecedeu o grande mosteiro seiscentista de Santos-o-Novo. D. Manuel transformou e enriqueceu a casa solarenga que Fernão Lourenço construira, e nas obras trabalhou mesmo o famoso arquitecto dos Jerónimos e do Paço da Ribeira, João de Castilho. Durou o Paço Real de Santos até que D. Sebastião dele partiu (24 de Junho de 1578) para a jornada de Alcácer Quibir, caindo depois o paço em triste abandono, mas continuando as comendadeiras de Santiago senhoras do domínio directo dos terrenos edificados, cerca, hortas e jardins.

Cubiçou quanto restava do velho paço e do seu logradouro D. Luís de Lencastre, um dos filhos de D. Jorge de Lencastre, Duque de Coimbra, este filho natural de D. João II e de D. Ana de Mendonça (que veio a ser comendadeira no mosteiro de Santos); D. Luís chegou mesmo a adquirir às comendadeiras, por 10.000 cruzados, o paço desabitado, mas o contrato foi anulado pelo Rei Filipe I em 1593.

Finalmente em 1629 a comendadeira D. Brites de Lencastre obteve autorização de Filipe III para vender a D. Francisco Luís de Lencastre, seu parente próximo, e filho do aludido D. Luís, as casas, que haviam sido mosteiro e paço real, a cerca e jardins, tudo numa larga área que ia desde a Igreja de Santos até à actual Travessa dos Barbadinhos, e cujos muros caíam de um lado, Sul, sobre o rio, e do lado Norte ladeavam a actual Rua da Esperança, não existindo então a Calçada do Marquês de Abrantes, só aberta pela reedificação que o Terramoto impusera, em 1760, com a denominação de Calçada do Conde de Vila Nova.

Começou, pois, em 1629 a história do palácio dos Lencastres, que foram Condes de Figueiró (por haver D. Pedro Luís, filho do comprador D. Francisco Luís, e por consequência bisneto de D. João II, sucedido no título de Figueiró ao 1.º Conde, e seu tio materno), e, sucessivamente, Condes de Vila Nova de Portimão, Marqueses de Fontes, Condes de Penaguião, e, em 1718, Marqueses de Abrantes, na pessoa de D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, 7.º Conde de Penaguião e 3.º Marquês de Fontes. O citado D. Francisco Luís de Lencastre reedificou o palácio completamente, em obras que se continuaram nos seus descendentes durante o século XVII, *datando deste período a capela, ainda subsistente, mas não tendo o edifício então a largueza que veio a ter no século* XVIII, *nem o semblante exterior que só tomou na segunda metade deste século, quando houve que rectificar a frontaria; o Terramoto não teria causado grande dano no palácio (onde moravam então os Condes de Vila Nova) a ajuizarmos pelas memórias que nos ficaram, mas teve que beneficiar de restauros, que se repetiram com acrescentamentos e transformações no século passado, desfigurando o semblante seiscentista das salas, o qual se mantém apenas numa ou outra dependência mais antiga.*

O pintor ornamentista Francisco Paes, que foi muito auxiliado pelos Marqueses de Abrantes, trabalhou no palácio no tempo do 1.º Marquês, D. Rodrigo, e é de aceitar que Vieira Lusitano, que o mesmo fidalgo protegeu, levando-o a estudar em Roma quando ali foi embaixador, tivesse também passado pelo palácio dos Lencastres, tanto mais que D. Rodrigo cultivava as belas artes, e deste seu bom gosto aproveitaria a sua casa.

As pinturas das salas principais do palácio actual são do século passado, e algumas, senão quase todas, devem-se a Teixeira Bastos, pintor ornamentista.

De 1840 a 1847 o Palácio Abrantes esteve alugado a D. Amélia da Baviera, imperatriz viúva de Bragança, era então proprietário do palácio o 5.º Marquês, D. Pedro José Maria da Piedade Xavier de Lencastre, falecido em Setembro de 1847, a quem sucedeu no título e casa seu irmão D. José Maria. Em 1853 o palácio, ou uma parte dele, serviu de residência à Infanta D. Ana de Jesus Maria e a seu marido o 2.º Marquês e 1.º Duque de Loulé, filho do 1.º Marquês, este assassinado em Salvaterra de Magos, em 1824, sendo a responsabilidade do crime atribuída precisamente ao 4.º Marquês de Abrantes, D. José Maria da Piedade de Lencastre, que teve de se homiziar para Londres, onde morreu em 1827.

Em Fevereiro de 1870 faleceu no palácio Abrantes o citado D. José Maria da Piedade, irmão do 5.º Marquês, e logo em Setembro desse ano foi o palácio arrendado ao Conde de Armand, ministro da França em Lisboa, que, em 1880, cedeu uma parte do edifício ao seu proprietário D. João de Lencastre e Távora, residindo ali os descendentes destes até 1911, ano em que o palácio foi adquirido, definitivamente, pelo Governo Francês, para sede de legação (elevada a Embaixada em começo de 1948).

INVENTÁRIO

O Palácio Abrantes, irregular em planta, é constituído por uma série de alas, que ladeiam o pátio e os jardins, estando a fachada principal orientada a Norte, sobre a Calçada do Marquês de Abrantes, oferecendo um aspecto repousado, setecentista.

Exterior

No Exterior, sobre a rua, assinala-se:

A Fachada Principal, e nela:

O *Corpo destacado,* ou frontispício, situado quase a Poente da fachada, dividido por pilastras, e no qual se abre, ladeado por janelas falsas, o *portal nobre,* emoldurado de cantaria; três janelas de sacada, sobrepujadas de áticas, vendo-se sobre a do centro, em pedra de relevo, o *pelicano,* timbre do brasão dos Lencastres; o frontão superior, em tímpano triangular, sobrepondo-se ao alinhamento geral da fachada, dentro do qual assenta, em grande vulto, e suspenso de grinalda, a pedra de armas dos Lencastres (sete castelos e cinco quinas das armas reais, mas sem o filete negro em contrabanda, indicativo de bastardia);

Ângulo Nascente do Palácio Marquês de Abrantes

Os *Corpos laterais,* com um único andar superior, tendo o do lado Nascente, mais comprido, dez janelas de sacada sobrepu-

jadas de cornija, com gradeamento setecentista, e sete janelas falsas, rectangulares e duas portas no pavimento térreo; o do lado Poente, estreito, duas janelas de sacada superiores, e duas janelas falsas no piso térreo.

(À fachada principal segue-se, para Poente, um corpo baixo de edifício inexpressivo, integrado no palácio, correspondente a uma parte de ala que ladeia o pátio, e, logo, o *Instituto Francês*, dependência da Embaixada, construído em 1937 por Renè Touzet, sob o risco dos arquitectos Rebelos de Andrade, em estilo barroco, valorizado por uma varanda nobre de tipo setecentista. Este edifício assenta sobre o que foi, primitivamente, a cavalariça do palácio Abrantes, com acesso pelo pátio interior).

O *passadiço*, além do portal nobre, com tecto de madeira, liso, à esquerda do qual se abre uma porta de escada que liga com o patamar da escadaria principal, e que termina em arco de volta abatida, que dá acesso ao pátio;

O **Pátio,** rectangular, com quatro faces, sendo a do fundo Sul rasgada por oito janelas de sacada e oito de peitoril; a do lado Norte, no corpo onde se abre o arco de acesso, por quatro janelas superiores; a do topo Poente pela ala correspondente ao exterior do Instituto Francês, com duas ordens de três janelas; a do topo Nascente pelo guarda vento, que dá entrada ao palácio.

Interior

O interior do Palácio Abrantes é constituído pelas dependências do núcleo primitivo, com interesse de inventário no pavimento térreo ou inferior, e por aquelas situadas nos andares superiores das várias alas, cujas salas correspondem na parte nobre à residência dos embaixadores, e noutra parte à moradia do pessoal.

Pode anotar-se:

O **Vestíbulo,** com tecto de abobadilha de aresta suave, a branco, chão empedrado de pedra rolada, e as paredes revestidas de silhares de azulejos monócromos de tipo tapete, com cercadura;

O **Átrio,** e neste: o tecto de estuque, ornado de pinturas modernas — aves em vôo, em medalhões —, tendo ao centro um grande brasão dos Lencastres, em pintura polícroma, com o timbre do pelicano, e envolvido pela divisa: «Pela ley e pela grey»; chão de placas de marmore, xadrezado; a *escadaria*, que sobe de um primeiro patamar, ao qual dão acesso, desde o átrio, e à esquerda, três vãos, emoldurados de cantaria, o central em arco de volta redonda, e os laterais de secção recta (a escadaria, de três curtos lanços, conduz ao andar superior da ala da fachada principal).

As *Salas* principais do palácio, estão todas situadas no andar térreo, de uma ala perpendicular à fachada principal — a ala mais antiga do edifício —, ao nível do jardim superior e a seu lado Poente, para o qual têm portas-janelas. Podem citar-se, como merecedoras do maior relevo:

A **Sala de Música,** ou **de Baile,** com quatro portas para o jardim superior, outras tantas do lado oposto Poente, e uma porta em cada topo; e nela:

O *tecto*, apainelado primitivo, mas todo revestido de pinturas decorativas talvez do meado do século passado, e nele: ao centro, duas composições mitológicas com figuração

— Juno e Vulcano —, no envolvimento catorze quadrelas, das quais, nas das engras, as quatro estações do ano, e, nas laterais, as artes—pintura, arquitectura, música e ciências —, os quatro continentes e duas alegorias; nas paredes sobreportas e nos vãos, pinturas ornamentais de grinaldas, de motivos musicais, de frutos e peixes;

O **Salão Nobre** ou **de Recepção,** a mais bela dependência do palácio, que se segue à Sala de Música, também com quatro portas para o jardim superior, duas, do lado oposto, de comunicação à Capela e à Saleta das Louças, e uma em cada topo; e nele:

O admirável *tecto,* em abobada de arco, recamado de delicadas pinturas ornamentais, estilo «Directório», com fachas intervalando rosetas e medalhões, estes preenchidos por composições alegóricas e mitológicas; portas e sobreportas recobertas de pinturas ornamentais, do mesmo estilo das do tecto (neste salão encontram-se duas admiráveis tapeçarias Gobellin);

Uma **Sala,** servindo normalmente de **Casa de Jantar,** com tecto abaulado, de estuque, tendo ao centro um painel com uma alegoria (século XIX), estando a sanca recoberta de pintura ornamental e de medalhões de camafeu (nesta sala encontram-se também uma tapeçaria Gobellin e outra italiana);

A **Sala das Louças,** talvez antiga câmara de chá ou «fumoir», pequena e curiosa dependência, a mais antiga do palácio, do primeiro período seiscentista, e nela:

O *tecto,* apainelado, em cúpula piramidal, todo revestido de porcelanas e faianças do Japão e da Índia (travessas e pratos), de tons azuis e polícromos, com as faces guarnecidas de talha dourada; um friso de azulejos «Delft» circundando a base da cúpula; a sanca também revestida de louças orientais (chicaras e pires).

(Outras salas e câmaras do palácio, como a Sala de Trabalho do Embaixador, a Saleta de Espera, etc., têm um menor interesse para os efeitos deste Inventário).

A **Capela,** dependência nìtidamente seiscentista, simulando nave e capela-mor, tudo em dimensões reduzidas; e nela:

O *tecto,* desdobrado, em dois apainelados, cada um com cinco quadrelas (a do centro e das abas) reproduzindo, em pintura sobre tela, dez cenas do Pentecostes; o *altar,* de guarnição toda em rica talha dourada nas colunas e no arco de volta redonda, com motivos de Eucarestia, tendo ao fundo uma *tábua* (seiscentista ?), que representa um passo do Novo Testamento, depois da crucificação, no qual se vêem as santas mulheres, um anjo e um centurião que reconhece (legenda) «Filius Dei Erat»; as paredes da capela, todas adornadas de telas, em número de vinte e cinco, representando passos das vidas da Virgem e de Cristo, figuras religiosas e invocações; o *arco da capela mor,* de madeira, revestida de pinturas ornamentais; a *teia,* de mármore em embutidos florentinos e colunas espirais de pau santo; o revestimento de *azulejos seiscentistas* no corpo da capela, em azul quente, que representam cenas da Fuga para o Egipto, com duas legendas da Virgem, nas quais se lê «Nobis Natus», «Nobis Datus»; duas pequenas portas, que ladeiam o altar, em talha dourada, uma encimada pelo brasão dos Len-

castres, e outra, a da direita, por um brasão heráldico impreciso;

A **Sacristia,** também primitiva, que da Capela tem acesso por uma passagem, em curva, na qual se vê uma grande figura alada, em azulejos, que representa o *Anjo do Silêncio;* e nela:

O *tecto,* liso, de madeira, com motivos eucarísticos em pintura; o revestimento das duas paredes, em azulejos seiscentistas, que representam grandes cordas entrelaçadas, ocupando todo o espaço; *roda-pé* de azulejos decorativos; chão de tilojeira portuguesa.

Jardins

Os **Jardins** do Palácio Abrantes, que sucederam aos do Paço Real de Santos, e que ainda no século passado eram dos mais belos de Lisboa pela sua «flora inverosimil e estupefaciante», e no qual persistem espécies raras — estendem-se por três terraplanos.

Anota-se:

O *Jardim superior* que tem por fundo a fachada Sul, posterior da fachada principal, na qual se abrem cinco janelas de sacada e três portas de comunicação para uma sala, situando-se do lado Poente desse jardim a ala transversal do palácio onde se encontram as salas e dependências principais atrás inventariadas; junto à última porta do Salão de Recepção, no ângulo do terraço, nota-se uma *mesa,* de tampo *de mármore* corcomido, de quatro pés de pedra, onde, segundo a tradição mantida na família Lencastre, e passada a livros, o Rei D. Sebastião teria almoçado, antes de partir para a infeliz jornada de África;

O *Jardim inferior,* contíguo pelo Sul ao superior, amparado por uma gigantesca muralha, no começo da Calçada de Santos;

Um outro *jardim* contíguo pelo Poente ao antes citado, mas em plano mais alto, que tem por fundo as trazeiras de uma ala do edifício palaciano, do lado Poente.

PALÁCIO DOS CONDES DOS ARCOS

Século XVII

Núcleo primitivo	Final do séc. XIV
Reedificação	Meados do séc. XVII
Restauros	Séc. XVIII e XIX

[Freguesia das Escolas Gerais]

Breve notícia histórica

O Palácio dos Condes dos Arcos, no Largo do Salvador, em Alfama, é um dos espécimes representativos das casas senhoriais de Lisboa, posto que sem beleza arquitectónica.

D. João Esteves de Azambuja, bispo do Porto, e que foi depois arcebispo de Lisboa e cardeal, fundara em 1392 o Mosteiro do Salvador para religiosas dominicanas; sua família tornou-se padroeira do Mosteiro, acabando por erguer, junto dele, e ainda no final do século XIV *um solar, que foi o* ***núcleo fundamental do Palácio do Salvador.***

Uma senhora Esteves casou com D. Pedro de Noronha, fidalgo do primeiro ramo dos Noronhas, o qual procede do Rei Henrique II de Castela e de D. Fernando I de Portugal; foram estes **Noronhas** *os possuidores do solar do Salvador. D. Tomás de Noronha, que fez parte do conselho de Estado de D. Afonso VI, casou com uma filha do 1.º Conde dos Arcos do Val-de-Vez, D. Luís de Lima Brito e Nogueira, filho do Visconde de Vila Nova de Cerveira, e aquele D. Tomás veio a ser, por sua mulher, 3.º Conde dos Arcos, visto seu cunhado, o 2.º Conde, D. Lourenço, haver falecido sem sucessão. E assim entrou o solar do Salvador na casa dos Condes dos Arcos, nos meados do século* XVII, *datando deste período a reedificação quase fundamental da casa nobre, mas certamente modesta, que fora dos Esteves de Azambuja. É data daí também o período áureo do palácio. O 6.º Conde dos Arcos, D. Marcos, casou com uma filha do 3.º Conde de S. Miguel, D. Maria Xavier de Lencastre, e deste modo se ligaram as casas dos Arcos e de S. Miguel, tanto mais que a filha daquele casamento, D. Juliana, foi primogénita e herdeira da casa de S. Miguel (cujo palácio era em Arroios), vindo a casar com um filho do 4.º Marquês da Marialva, D. Manuel, que veio a ser 7.º Conde de Arcos, falecido em 1779, mas não numa tourada em Salvaterra, não passando de tradição romanceada esta versão.*

Do 3.º Conde, D. Tomás, até ao 10.º, D. Nuno, no palácio falecido em 1878, todos os Arcos residiram no palácio do Salvador, entre eles o famoso D. Marcos, 8.º Conde, e último vice-rei do Brasil. O palácio fora reedificado em grande parte depois do Terramoto, que muito o danificara.

Uma senhora, filha do 10.º Conde dos Arcos, sua herdeira e também herdeira do título e vínculos da casa de S. Miguel, D. Mariana de Noronha e Brito, casou em 1868 com Sebastião Brandão de Melo que veio a ser, por sua mulher, 9.º Conde de S. Miguel, falecido, viúvo, em 1904; por uma sua disposição testamentária o palácio do Salvador coube a uma sua sobrinha, D. Mariana da Conceição da Costa Macedo Geraldes Barba de Noronha e Meneses, Condessa de S. Miguel (irmã da da veneranda Condessa dos Arcos), que foi casada com Mário Trigueiros de Carvalho e Costa, e que é a actual proprietária do Palácio que foi dos Condes dos Arcos, a Salvador. No edifício se fizeram obras de restauro no século passado, as quais deslustraram interiormente o seu aspecto. O imóvel, com excepção do andar nobre, anda de renda.

O actual Conde dos Arcos, desde a morte de seu pai, é D. José Manuel de Noronha e Meneses Alarcão, sendo ainda viva a Condessa, sua mãe, que foi proprietária da Quinta da Torre da Caparica, dos Condes dos Arcos.

INVENTÁRIO

O Palácio dos Condes dos Arcos, como continua a ser designado, é a construção nobre mais destacada no bairro da Alfama, mas apenas pela extensão da sua frontaria e por alguns pormenores.

Exterior

Há a assinalar:

A **Fachada,** com oito janelas de sacadas, uniformes, de cornijas salientes, no andar nobre, que é o superior, e com mais três pavimentos de alinhamento irregular, e com lojas no andar térreo;

O **Portal,** alto, sobrepujado de tímpano aberto em arco ao nível do segundo pavimento, e coroado por pedra de armas dos Arcos, com as quinas de Portugal no primeiro e quarto quartéis, e as do antigo reino de Castela, dois leões batalhantes com bordadura de oiro e veiros, no segundo e terceiro quartéis, tudo envolvido com bordadura de sete castelos;

O **Pátio Nobre,** ainda austero, que se abre adiante de uma rampa com passadiço sob a ala principal do edifício, caracterizado por *arcarias tríplices* de volta perfeita, sendo a da face direita, ao Nascente, de simples apoio dessa ala, e a da face esquerda, a Poente, de acesso decorativo a um pequeno átrio, do qual ascende a escadaria, sem interesse de maior relevo.

Interior

Pode anotar-se simplesmente:

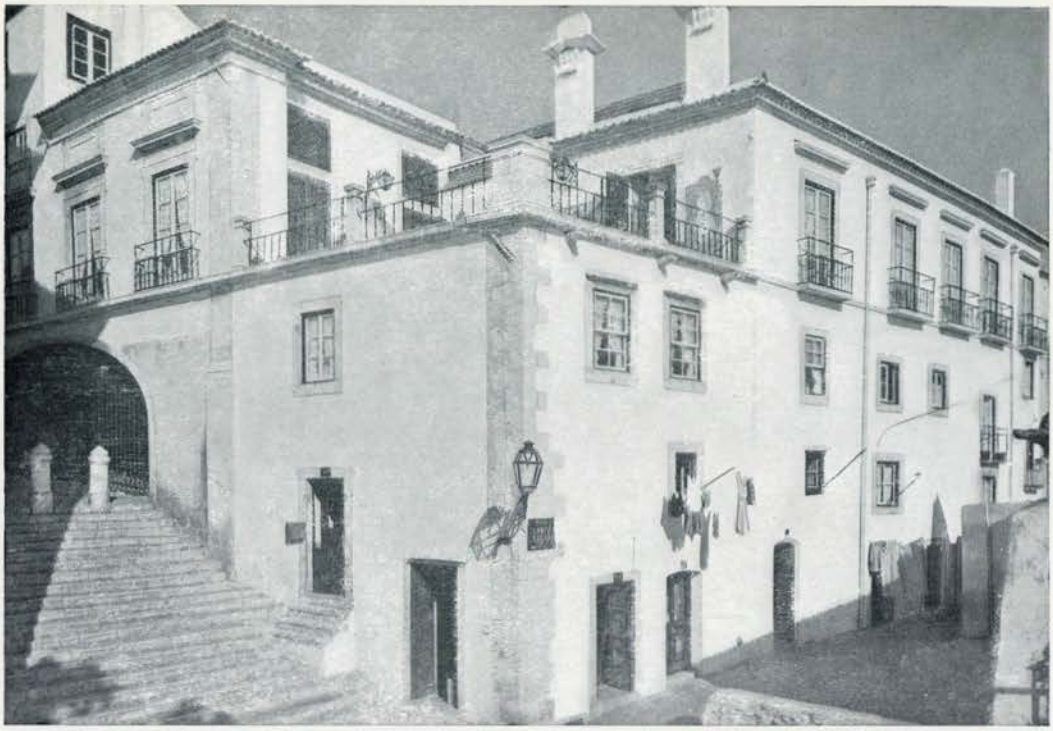
Algumas **Salas,** nas quais quando das obras de restauro no século passado foram apeiados os tectos apainelados seiscentistas;

Um pequena **Capela,** revestida de azulejos setecentistas que provieram do demolido e histórico Palácio de Arroios, que fora no século XVI de Diogo Botelho, e mais tarde dos Condes de S. Miguel;

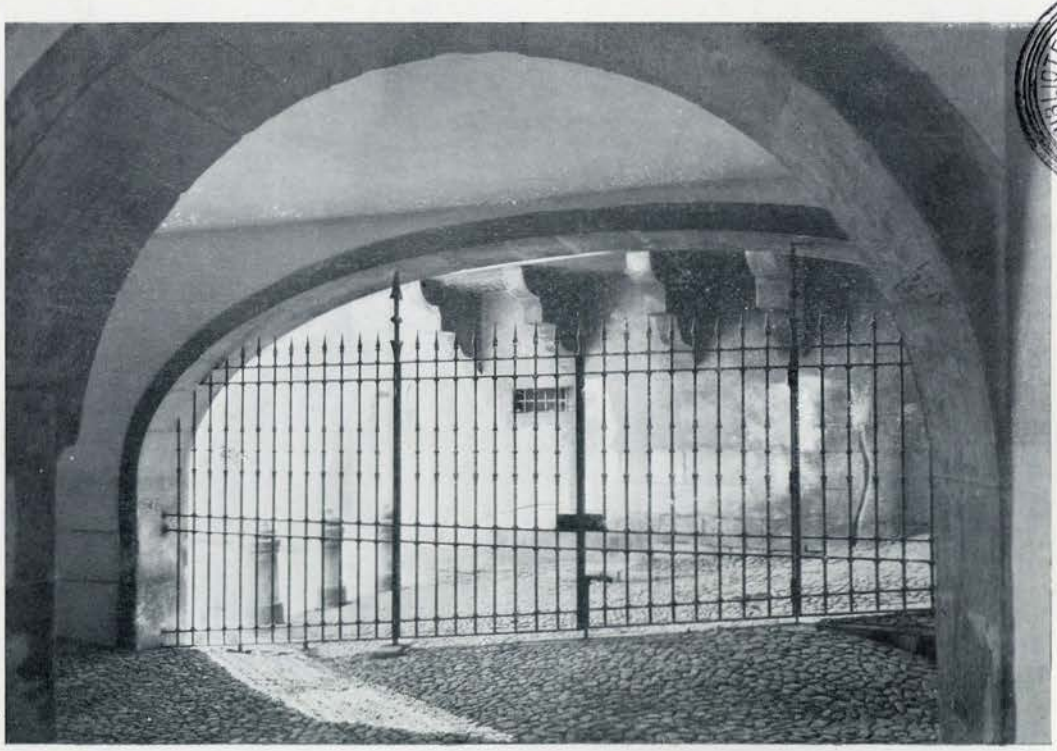
Uma **Galeria,** cujas janelas deitam para o Pátio, e, nela, retratos a óleo representando alguns dos Condes dos Arcos, e personalidades de família, entre eles o de D. Marcos, vice-rei do Brasil, o da mãe deste D. Juliana Xavier de Noronha, o do pai, D. Manuel, 7.º Conde, da Casa Marialva, e o do último Conde D. Nuno. Numa sala do palácio encontra-se também um retrato do Arcebispo de Lisboa e Cardeal, D. João Esteves de Azambuja, tela medíocre que pertenceu ao extinto e vizinho Convento do Salvador, hoje instituição de beneficência, e que aquele prelado fundara no final do século XIV. Como se vê, o Palácio dos Arcos é hoje uma sombra.

Um ângulo do Pátio do Palácio dos Condes dos Arcos no Largo do Salvador (Alfama)

PALÁCIO DOS AZEVEDOS COUTINHOS



Ângulo do edifício sobre Santo Estevão, distinguindo-se o terraço primitivo do andar nobre (pág. 34)



Arco do Chanceler (recentemente vedado) sob o palácio, vendo-se ao fundo as mísulas de apoio da capela-mor da igreja de Santo Estevam (pág. 34)

BIBLIOTECAS

PALÁCIO POMBAL

Fachada sobre a antiga Rua Formosa, vendo-se os portais que davam acesso à escadaria e ao jardim (pág. 38)

PALÁCIO OLHÃO

Fachada na Rua de Xabregas, vendo-se à esquerda o portão que leva ao pátio nobre posterior (pág. 46)

PALÁCIO DOS AZEVEDOS COUTINHOS

Século XVII

Fundação . . . . Antes de 1647
Restauros . . . . Séc. XVIII e meados do séc. XIX

[Freguesia de Santo Estevão]

Breve notícia histórica

O Palácio de Santo Estêvão, dos Azevedos Coutinhos, em plena Alfama, é uma fundação seiscentista, de tipo nobre, modesto; envolto num pitoresco de cenário, único em Lisboa, e, a despeito da sua mediania arquitectónica, pode ser considerado um espécime curioso da cidade, como tal, merecedor de relevo nesta nota histórica.

Ainda no século XVII *uma grande parte dos terrenos que rodeavam a primitiva Igreja de Santo Estêvão era do domínio directo do priorado ou da irmandade da paróquia. No local onde se levantou o solar existiam na primeira metade do seiscentos umas atafonas e depois umas casas — o núcleo primitivo do solar — «por traz da capela-mor sobre o Arco», casas que pertenciam a um Domingos Preto, descendente, talvez filho, de «Simão Gonçalves Preto, chanceler-mor que foi destes reinos», segundo atestava em 1695 o cura de Santo Estêvão, Padre Cristóvão Prestes da Silveira, num documento traslado que lhe foi requerido, e no qual há referência a casas no local em 1647, o que não significa que não as houvesse antes, pois um documento existente no arquivo da Câmara Municipal demonstra que, em 1638, aquelas casas passaram a um Tomé de Mesquita. De admitir é que tivesse sido o chanceler Simão Gonçalves Preto o fundador da casa, e dúvida parece já não subsistir de que fosse dele que derivou a denominação de «Arco do Chanceler». A casa veio às mãos de António Correia da Franca (a pedido de quem o cura de Santo Estêvão passou o citado traslado), fidalgo da casa real em 1647, filho de André Dias Franca, último alcaide-mor de Tanger, alcaide-mor e governador de Tavira, paladino da Restauração; António Correia da Franca adquiriu a Jerónimo Silva e Sousa, e sucessivamente a outros, casas contíguas ao solar, que ele próprio parece haver melhorado, casas que advinham do aludido Domingos Preto.*

Quando do Terramoto as casas de Santo Estêvão pertenciam a D. Helena Josefa da Franca, e nessa época já estaria afogada a frontaria do palácio com a construção mais avançada em relação ao ano em que escrevia o cura de Santo Estêvão, da capela-mor da Igreja, cujo tardoz impende

sobre as janelas das salas principais, visto que a reedificação quase total da velha paroquial se realizou entre 1733 e 1740 (a reedificação levada a efeito depois do Terramoto estava concluida em 1773, e não alterou a planta do templo).

Um neto de D. Helena Joseja, António José da Silva Galvão Pereira de Lacerda, casou com D. Maria da Madre de Deus Pereira de Lacerda, falecida em 1847, sem descendência, testando o palácio e casas contiguas de sua propriedade, mesquinhas aliás, ao neto de sua irmã D. Maria da Luz Pereira de Lacerda, senhora que casara com António de Azevedo Coutinho, de cujo casal nasceu João António de Azevedo Coutinho, pai do contemplado sobrinho neto da testadora, Luís da Costa Azevedo Coutinho, menor de dez anos, razão porque seu pai, João António, foi o administrador da propriedade.

Data, pois, de 1847 o senhorio dos Azevedos Coutinho no solar e casas de Santo Estêvão, propriedade que pelo falecimento do almirante Pedro de Azevedo Coutinho, em 1942, se transmitiu aos filhos deste distinguido oficial e colonialista, D. Maria Jacinta, D. Maria Joana e engenheiro Luís Sárrea de Azevedo Coutinho.

O palácio, pròpriamente dito, recebeu dano pelo Terramoto, pois se vê que uma parte do edifício é de reconstrução posterior ao núcleo primitivo, este representado pela frontaria, pelo ângulo do terraço e por parte da face sobre a estreita Rua de Santo Estêvão. Entre 1847 e 1857, período durante o qual a propriedade foi administrada por João António de Azevedo Coutinho, este fez «obras reais» na casa, acrescentando-lhe em parte dois andares modestos, conservando o semblante seiscentista da fachada amesquinhada na estreita serventia denominada ali Largo de Santo Estêvão, mas desfigurando as salas, pela cobertura com estuque dos tectos apainelados, e pela supressão de bons panos de azulejo que revestiam as paredes em silhares.

Em 1911 lavrou incêndio na ala Sul do palácio, sobre a Rua de Santo Estêvão; as obras de restauro não lograram repor o interior dessa ala no seu aspecto primitivo.

INVENTÁRIO

O Palácio dos Azevedos Coutinhos, ocupa uma área contida entre a Rua de Santo Estêvão, o Largo do mesmo nome (escadinhas de curiosa perspectiva), e o Largo do Chanceler, e assenta em parte sobre o Arco do Chanceler. (Veja-se o desenho da portada deste fascículo, pág. 9).

Exterior

Há a considerar designadamente:

A **Fachada,** sobre o Arco, com dois corpos desnivelados, adornada com quatro janelas de sacada, de varões seiscentistas, rematadas por cornija saliente, e ainda com duas ordens de janelas de peitoril, vulgares, no corpo extremo mais alto, do lado Norte;

O **Arco** do Chanceler sob as janelas do corpo principal, de larga volta abatida, o qual, até há dois anos dava o acesso a uma serventia pública, coberta, rasgada ao fundo na passagem para o Largo do Chanceler; nesta serventia, presentemente pátio, se situa no átrio, à direita, a porta de entrada, aliás, vulgar, do palácio.

A **Fachada,** de duas faces do corpo **Sul** do edifício contíguo inferiormente ao principal, fazendo esquina para as escadinhas e Rua de Santo Estêvão, caracterizado por um sólido cunhal de cantarias sobrepostas, com algumas janelas e portas de habitações pobres; sobre este corpo assenta um terraço, com cortina de grades seiscentistas.

Interior

O Palácio de Santo Estêvão acusa, interiormente, a passagem das idades e sobreposições de obras, mas mantém um ar repousado e nobre.

Há a destacar:

O **Átrio,** com acesso pelo Arco do Chanceler, um tanto desfigurado em relação ao que teria sido, de empedrado à portuguesa, tendo ao fundo um portal emoldurado de cantaria, do qual nasce

A **Escadaria,** de dois lanços contínuos, servida desde o segundo patamar por corrimão de balaustrada de mármore rosa, seiscentista, e revestidas as paredes de azulejos do final do século XVII, com estilizações de flores e motivos ornamentais infantis;

Várias **Salas e aposentos,** duas das quais, apenas, mantém tectos de madeira, apainelados, sem pintura ornamental, sendo os outros tectos de estuque (século passado) ou lisos; destacam-se duas *salas* revestidas de silhares de azulejos do século XVIII, com guarnições, e representando cenas de caça, campestres e palacianas;

A pequena *Capela,* seiscentista, cujas paredes são ornadas de bons azulejos polícromos, da época da fundação, com um altar em talha, e no qual se conserva uma imagem, de pedra colorida, que em recuados tempos teria ornado, segundo tradição, a arquitrave do Arco primitivo do Chanceler;

O **Terraço,** com duas faces correspondentes às alas do palácio, e cujas paredes estão revestidas de panos de azulejos historiados, monócromos (século XVIII), deteriorados e truncados alguns; o terraço sobre as Escadinhas e Rua do Santo Estêvão é defendido por cortina de varões seiscentistas, muito decorativa.

PALÁCIO POMBAL

(DA RUA DO SÉCULO)

Século XVII

Fundação . . . . . 2.º quartel do séc. XVII
Ampliação e restauros . . Cêrca de 1770

[Freguesia das Mercês]

Breve notícia histórica

O Palácio Pombal, da Rua do «Século» — e melhor será dizer o «Palácio dos Carvalhos, da Rua Formosa» — é uma construção que já existia no segundo quartel do século XVII, *recebendo ampliação e reedificação no meado do século* XVIII.

Era este o solar de Sebastião de Carvalho e Melo, 3.º senhor do morgado de Sernancelhe, capitão dos familiares do Santo Ofício, falecido em 1719, e de cujo casamento com D. Maria Leonor de Ataíde nasceu Manuel de Carvalho e Ataíde, humanista e académico, casado com D. Teresa Luísa de Mendonça e Melo, pai de Sebastião José de Carvalho e Melo, neste palácio seiscentista nascido a 13 de Maio de 1699, e de cujo baptismo foi padrinho seu avô, senhor da casa.

No período áreo do seu poderio o descendente dos Carvalhos, da Rua Formosa, já Conde de Oeiras, beneficiou e transformou, por acrescentamento, o solar dos seus maiores, no qual viveu antes e depois de entrar na carreira política, e cuja parte rústica se prolongava para Poente e Norte, constituindo o que se chamava «as Hortas», também com prédios de habitação. Um arco aberto, ainda existente na antiga Rua do Arco, comunicava com dependências do palácio do outro lado da rua, e um outro arco-aqueduto servia as antigas hortas. Quase toda a área deste troço da então Rua Formosa, a Poente e a Nascente, era da casa Pombal, da qual o palácio formava a cabeça, como núcleo primitivo.

As reedificações e restauros ordenados pelo Marquês de Pombal podem datar-se além dos meados do século XVIII, *cerca de 1770; o Marquês de Pombal aproveitou o merecimento do escultor e estucador italiano João Grossi, que já em 1748 exercia a sua actividade em Lisboa, e foi este artista quem deu a característica decorativa do interior das salas do palácio renovado, embora em quase todas elas subsistisse, como ainda hoje, a decoração cerâmica das paredes, em parte seiscentista.*

Nos Pombais (Daun e Lorena) se conservou integralmente durante todo o século passado o palácio dos Carvalhos e os mais prédios da área, construídos posteriormente. Em 1906 realizaram-se partilhas entre os filhos do segundo casamento do 6.º Conde de Oeiras e 5.º Marquês de Pombal, Manuel José de Carvalho e Melo Daun Albuquerque e Lorena, com D. Maria Rita de Castelo Branco. O prédio extremo do lado Sul, n.º 63, coube a João de Daun e Lorena, e foi adquirido em Maio de 1921, em hasta pública por José da Silva Graça, para ser demolido e reedificado para ampliação dos serviços do jornal «O Século»; a parte mais importante do conjunto, a central na qual se integra o palácio pròpriamente dito, tocou a D. Maria das Mercês, por morte desta, em partes iguais a seu viúvo (Pedro Paulo de Freitas Branco) e a sua mãe (D. Rita), os quais ambos venderam as suas partes à Marquesa de Pombal, D. Maria do Carmo (viúva do 6.º Marquês, D. António, que foi também 5.º Conde de Santiago), e da qual passou para seu filho, o actual proprietário, Conde de Santiago, que no palácio não reside; o prédio extremo Norte do palácio, n.os 95 a 103, e n.os 1 a 3 da Rua da Academia das Ciências, e que coubera também a João Daun e Lorena, acabou por ser adquirido por um inquilino comercial, o carvoeiro Manuel Rodrigues Sanches, que mantém esta parte do antigo palácio, com excepção do andar inferior.

As cinco janelas do andar nobre do corpo onde se rasgam os portais, e as duas contíguas pelo Sul, correspondem a um terraço, sobre o qual no começo do actual século foram construídos uns anexos de moradia, cujo telhado é inferior ao do frontespício do edifício, e não se vê da rua.

O Palácio Pombal, onde no tempo dos Carvalhos se realizaram sessões da Academia dos Ilustrados (1716), e depois tantas cenas políticas e palacianas se desenrolaram, está hoje de aluguer; na parte nobre instalou-se em 1927 a Casa da Madeira, que sucedeu, com inquilina, a uma Casa de Espanha como esta sucedera à Legação da Alemanha, e à Confederação Geral do Trabalho (1913). O pátio e troços de jardim estão ocupados por barracões de oficinas de Alfredo Alves & Filhos, firma proprietária também do edifício e terrenos «das Hortas», na Rua da Academia das Ciências.

Nenhum outro prédio da vasta zona que pertenceu à Casa Pombal está hoje na posse de qualquer membro da família.

INVENTÁRIO

O antigo Palácio Pombal, na Rua do «Século», n.os 65 a 93, mantém ainda uma configuração uniforme exterior, mesmo depois de alienada e reedificada (1921) a ala Sul, que constitui o edifício moderno do jornal «O Século», cujo título deu, em 1911, nova denominação à antiga Rua Formosa.

Exterior

Há a considerar:

A **Frontaria,** sobre o Nascente, constituída por três corpos ligados em regularidade de linhas, como se de um único se tratasse: o mais extenso, do lado Sul, encostado ao edifício de «O Século»; o intermediário, no qual se rasgam os dois portais nobres; o extremo, mais pequeno, do lado Norte, fazendo esquina para a Rua da Academia das Ciências, podendo ser considerado um anexo, mas integrado no conjunto, por haver feito parte do núcleo, palaciano, e oferecer a mesma fisionomia exterior. Esta frontaria adorna-se de duas ordens de janelas, vinte no andar nobre, de sacada com varões seiscentistas, e dezanove de peitoril no andar superior (o lugar onde devia existir uma janela é ocupado pela pedra de armas).

A **Frontaria,** do lado da Rua da Academia das Ciências, com duas ordens de quatro janelas do mesmo tipo das dos corpos da frontaria principal; sobre um portão de um pequeno pátio a pedra de armas dos Carvalhos, coroada de conde;

Os **Portais Nobres,** idênticos, ladeados por candeeiros de gás, de braço, oitocentistas, com escudetes de ferro fundido com o brasão das Carvalhos e Albuquerques, os quais portais com ombreiras e portais de cantaria, dão passagem, além de um passadiço, com abertura de arco de volta abatida, para o Pátio (hoje pejado de barracões) e para os antigos jardins;

A **Pedra de Armas,** coroada de marquês, com o brasão dos Carvalhos — em campo uma estrela de oito pontas entre uma caderna de crescentes —, e que se situa na parede do andar superior da fachada principal, sobre uma janela do andar nobre, acima do vão entre os portais;

Interior

No palácio, pròpriamente dito, e do período da restauração pombalina (cerca de 1770) há a assinalar:

A **Escadaria** (porta n.º 93, e cujo acesso primitivo se fazia por um portão, ainda existente, à esquerda da passagem servida pelo portal do lado Sul), de dois lanços guarnecidos por cortina de cantaria, revestida superiormente de mármore; e nela: o *tecto de estuque,* em relevo, cobrindo o apainelamento interior, representando ao centro, entre ornatos e dez medalhões de bustos, uma alegoria «A morte e o amor» (obra de João Grossi, como todos os tectos do palácio, adiante descritos); um *portal* à direita do patamar superior, rematado por pedra armoriada dos Carvalhos; duas *composições* escultóricas, de pedra, representando cada uma um leão sustentando o brasão marquesado (estas peças pertenciam talvez ao jardim, pois não faziam parte da decoração primitiva da escadaria).

As **Salas do Palácio,** das quais há a anotar:

A *Sala Verde,* com silhar de azulejos a cores de vinho e verde, final do século XVII (?) e com tecto de formação apainelada, como quase todos os do Palácio, de estuque em relevo (João Grossi), mostrando uma alegoria central de figuras aladas, guarnecida de ornatos e de quatro medalhões com bustos femininos; a *Sala Rosa,* antiga Casa de Jantar, cujos motivos de ornatos no tecto são de frutos e flores; a *Sala de Baile,* cujo belo tecto representa no painel central os anjos toucando uma dama, e, na sanca, em medalhões, grupos alados; a *Sala Azul,* com tecto de ornatos mais simples, e com uma guarnição de silhares de azulejos, em painéis isolados, de motivos alegóricos militares em panóplias (século XVIII), e num dos quais se vê uma pequena bandeira com as armas dos Carvalhos; várias *salas* e *saletas* revestidas de azulejos de tipo tapete ou historiados.

O **Jardim,** presentemente desfigurado, e nele: a *fachada posterior* do palácio, com duas ordens de treze janelas; um lago central e duas cascatas, bancos de murete com restos de composição de azulejos palacianos;

Uma *galeria subterrânea,* que nasce do lado Norte do Jardim, atravessa o subsolo da rua, e vai ligar ao chafariz (traça de

Carlos Mardel) em rotunda, na Rua do «Século», obra coeva do restauro do palácio.

(Na Frontaria do Palácio, no vão entre os dois portais, foi colocada, por iniciativa da vereação municipal, e descerrada em 13 de Maio de 1923 com a presença do Presidente da República, Dr. António José de Almeida, uma lápida de mármore com a seguinte legenda: «*Nesta casa nasceu aos 13 de Maio de 1699 Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, a quem a Cidade de Lisboa deveu a sua reedificação depois do Terramoto de 1755, consagrando por este facto a sua memória. — A vereação de 1923*»).

A «FLOR DA MURTA»

D. Maria Clara de Portugal, da Casa Castelo Melhor, mulher de D. Jorge de Meneses, e depois favorita de D. João V (pág. 41)

(Retrato existente no Palácio da «Flor da Murta», pertencente a D. António de Meneses, e agora fotografado com autorização do seu proprietário (Séc. XVIII).

BIBLIOTECA NACIONAL LISBOA

PALÁCIO DA FLOR DA MURTA

Fachada sobre as Ruas de S. Bento e do Poço dos Negros, vendo-se o cunhal brazonado (pág. 42)

PALÁCIO FIGUEIRA

Fachada principal, com o portal seiscentista, e parte da fachada da Calçada da Graça (pág. 56)

PALÁCIO DA FLOR DA MURTA

Século XVII

Fundação . . . . . Meados do séc. XVII

[Freguesia de Santos]

Breve notícia histórica

O Palácio da Flor da Murta, fazendo o ângulo Nordeste das Ruas das S. Bento e do Poço dos Negros, constitui ainda hoje um espécime curioso seiscentista de casa solarenga, de fisionomia repousada, posto que de linhas discretas.

Assentará sobre um núcleo de casa nobre que no século XVI *pertenceria à família Pereira Faria, senhores de Alconchel (D. José de Melo (Sabugosa) em «Pedras d'Armas» — 1922). Uma senhora, D. Guiomar de Faria, da Casa de Alconchel, casou, ainda no século* XVI, *com um D. Jorge de Meneses, filho de D. Pedro de Meneses e de D. Maria Manuel, e daí a passagem do solar para os Meneses.*

A versão do proprietário do palácio, D. António de Meneses, é outra, mas não inconciliável. A Flor da Murta corresponde às «casas nobres» do Poço dos Negros, integradas nos meados do século XVII, *embora existissem já antes, nos bens do Morgado de Terrugem, só instituído formalmente em 1681 por Pedro Jacques de Magalhães, 1.º Visconde da Fonte Arcada, general das guerras da Restauração, governador de armas da província da Beira, Senhor do Paul da Bordeira e Bordalete no Algarve, por doação do Rei D. Manuel feita, em 1516, a Pedro Jacques. O 1.º Visconde casou em segundas núpcias com D. Maria Vicência de Vilhena, e deste matrimónio nasceu uma filha, D. Madalena de Vilhena, que veio a casar com D. António de Meneses de Sotto Mayor, Morgado de Sousa, da casa dos Meneses de Cantanhede, e deste modo a casa nobre do Poço dos Negros «transitou» para a família daquele ramo dos Meneses, que a habitava no começo do século* XVIII, *e pertence ainda hoje a D. António de Meneses, filho de D. Manuel Maria de Meneses, falecido em 1909, que foi último Morgado de Coura, de Ponte de Sor, Senhor do Lavre e da Flor da Murta. A história remota deste palácio não aparece muito clara, e constituirá um problema de investigação que está fora da índole deste trabalho.*

A denominação do «Palácio da Flor da Murta» é atribuída geralmente à circunstância de uma senhora, D. Maria Clara de Portugal, de nascimento Vasconcelos e Sousa (Castelo Melhor), e mulher de D. Jorge de Meneses, senhor da casa, haver sido cognominada assim por D. João V, e depois pelo vulgo, que tornaria a linda designação extensiva ao palácio do Poço dos Negros e S. Bento,

e mesmo ao troço inicial Sul desta rua até à confluência da actual Calçada da Estrela, que já no século XVIII *e até 1859 era citada como «Rua da Flor da Murta». A verdade, porém, está na inversa. A denominação filia-se na existência de um morgado da Flor da Murta, integrado na casa dos Jacques de Magalhães e dos Meneses, morgado anterior ao romance galante (cerca de 1731), de D. Maria Clara e do «Magnânimo»; D. João V reforçaria a denominação com a adopção de uma deliciosa quadra popular «Flor da Murta — raminho de freixo...».*

O palácio, que é uma reedificação seiscentista, com restauros de setecentos, pouco teria sofrido com o Terramoto, era então proprietário D. António de Meneses. Os jardins de «Flor da Murta» existiram até 1890, ano em que a casa Street & C.ª tomou de arrendamento todo o palácio que ocupou até 1920, construindo no lugar dos jardins oficinas de maquinaria, substituídas há poucos anos por uma garagem. O edifício recebeu, recentemente, obras de adaptação utilitária, que interiormente o desfiguraram.

A capela do palácio, que teve a invocação de Nossa Senhora do Monsarrate, era revestida de azulejos setecentistas, e está desde 1914 despida de adornos e sem culto. O edifício, excluindo uma pequena parte, no andar nobre, habitado pelo seu proprietário, está dado a inquilinato comercial, com cinco estabelecimentos nas lojas, a uma repartição do Estado, que ocupa várias salas no primeiro andar, no qual também se instalaram escritórios e inquilinos particulares.

A pedra de armas que se ostenta no cunhal, esquartelada e centrada, não é a dos Jacques de Magalhães nem a dos Meneses, mas a dos Pereira de Faria, Senhores de Alconchel, o que faria, com efeito, recuar o núcleo primitivo deste solar ao século XVI, *se não houvesse a convicção de que a pedra armoriada só foi ali aposta no século* XVIII.

INVENTÁRIO

O Palácio da Flor da Murta, fazendo ângulo para as Ruas do Poço dos Negros e de S. Bento, constitui um espécime modesto da arquitectura seiscentista solarenga, enobrecido pelo cunhal. Tem um único andar superior.

Exterior

Anota-se:

A **Fachada Poente,** na Rua de S. Bento, n.os 2 a 10-A, com seis janelas de sacada, com varões, no tipo seiscentista, e, nela, o *portal,* da antiga capela, peça simples emoldurada de cantaria, com tímpano aberto;

A **Fachada Sul,** na Rua do Poço dos Negros, n.os 156 a 164, prolongada para Nascente no começo do século passado, com uma ordem de quinze janelas de sacada idênticas às da outra fachada e com um alçado superior central, a centro, com cinco janelas de peitoril, e, nela, o *Portal* principal do palácio, com emolduração de cantaria, sem relevo arquitectónico;

A **Fachada Norte,** na Rua Fresca, com uma porta, n.º 17, que servia a antiga capela, e uma outra porta para uma garagem;

O sólido *Cunhal* de cantaria, no vértice do ângulo do edifício, e, nele, ao alto, a pedra de armas, primitiva, dos Alconcheis, centrada pelo brasão dos Sousas do Prado (leões rompantes de Castela e quinas de Portugal), e esquartelada pelos brasões dos Pereiras (cruz floretada), Castros (seis arruelas), Barbosas (três crescentes em orla entre dois leões), e Farias (castelo e cinco flores de lis).

Anota-se apenas:

A **Escadaria,** de um único lanço que abre de um pequeno *átrio,* além do portal da face Sul, cujas paredes estão revestidas com silhares de bons panos de azulejos setecentistas, de bordadura de grinaldas e pilas-

grinaldas, tendo ao centro uma figura de mulher com um Amor ao colo, e nos ângulos emblemas com as setas de Cupido.

Outras **Salas,** descaracterizadas, com tectos apainelados, sem interesse de pintura, vendo-se as paredes decoradas com silha-

Carranca da fonte monumental do antigo jardim do Palácio da Flor da Murta

tras, representando cenas palacianas e dansas campestres, e que conduz a uma série de corredores, todos revestidos de panos de azulejos, de tipo francês, setecentistas;

A **Sala Dourada,** antiga e pequena saleta de toucador, no ângulo sudoeste do palácio, com um tecto revestido de pintura sobre tela, tipo ornamentista do século XVIII, opulenta de dourados e de

res de azulejos, dos quais, há a salientar, um, de tipo holandês, do século XVII.

(Uma das salas, com galeria, hoje desmantelada, constituiu, até há poucos meses, a biblioteca e arquivo da Casa Meneses, e nela se ostenta, entre outros quadros, o retrato, muito belo, de D. Maria Clara de Portugal, a «Flor de Murta»).

Num corredor descoberto ou pátio de passagem para os antigos Jardins — hoje oficinas e garagem — anotam-se *panos de azulejos* setecentistas, com figuras recortadas representando as quatro estações do ano, os quais se conservam nas paredes que correspondiam aos lanços de uma escadaria que subia dos jardins ao solar seiscentista. No fundo da garagem vê-se ainda uma grande peça ornamental, que é quanto resta do jardim do palácio, constituída por uma carranca de Baco, entre colunas arquitectónicas coroadas por vasos gregos, e que foi o espaldar de uma fonte decorativa.

PALÁCIO OLHÃO

(EM XABREGAS)

Século XVII

Fundação . . . . . 1.º quartel do séc. XVII
Restauros . . . . . Séc. XVIII e XIX

[Freguesia do Beato]

Breve notícia histórica

O Palácio dos Melos, ou dos Marqueses de Olhão, em Xabregas, é uma fundação do primeiro quartel do século XVII, *erguido sobre núcleo de casa nobre quinhentista. É geralmente assinalado como o solar dos monteiros-mores do reino; certo é, porém, eles nem sempre lá terem vivido.*

O primeiro monteiro-mor da família dos Melos foi Jorge de Melo, a quem D. João III concedeu a mercê em 22 de Maio de 1524, cargo em que sucedeu a D. Luís de Meneses, que o tomara de outros fidalgos, a começar em Gonçalo Aires ou Anes (1379), servidor do Rei D. Fernando. De Jorge de Melo a função paçã transitou, sucessivamente, para seu filho Manuel, seu neto Garcia, seu trineto, também Garcia, e, finalmente, para o irmão deste último, Francisco de Melo, 5.º monteiro-mor da família, que exercia o cargo no terceiro decénio do século XVII, *e residia frequentemente em Santarém, irmão mais velho de Jorge de Melo, um dos famosos caudilhos da Restauração de Portugal, fidalgo a quem pertencia o palácio de Xabregas naquela época.*

Era extensa a área de grangeio rústico da propriedade na qual se continha a casa nobre dos Melos, esta, ao que parece, engrandecida pelo monteiro-mor, segundo Garcia, que casara com D. Maria de Lencastre, filha de D. Nuno Mascarenhas e de D. Isabel de Lencastre. Jorge de Melo, terceiro irmão deste Garcia, serviu na Armada, e já em 1628 era comandante de esquadra, prestando serviço nos mares da Catalunha e da Andaluzia, de onde voltou o Reino, para mais tarde começar a conspirar, de acordo com seu irmão Francisco de Melo, monteiro-mor, cargo que se continuou, no tempo D. João IV, em Garcia de Melo, seu filho.

O Terramoto causou danos no palácio que tinha então «acomodações de grandeza» e jardins. Seu proprietário em 1755 era D. Pedro de Melo da Cunha de Mendonça e Meneses, da Casa dos Cunhas, que na propriedade promoveu algumas obras de restauro; por seu falecimento, em 1778,

o palácio dos Melos de Xabregas passou a D. Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Meneses, 1.º Conde de Castro Marim (1802) e 1.º Marquês de Olhão (1808), que sucedera no cargo de monteiro-mor (1789) a seu primo Francisco de Melo, e que exerceu o cargo de presidente do Senado da Câmara de Lisboa. O filho deste, dos mesmos apelidos e segundo dos títulos, D. Pedro, também presidente do Senado da Câmara, promoveu restauros decorativos no palácio. Nos Melos e Cunha (Castro Marim) se tem conservado a casa nobre de Xabregas, que pertence hoje a D. Maria do Carmo da Cunha de Mendonça e Meneses, que nele reside, filha dos Condes de Castro Marim, e que, com sua falecida irmã D. Margarida, foi proprietária, por herança, do palácio Olhão da Calçada do Combro — o do Correio Geral — alienado há duas dezenas de anos. Em parte do palácio de Xabregas residiu até à sua morte, em 1947, o Marquês de Olhão, D. José da Cunha Mendonça e Meneses, e, depois, seu filho, actual Conde de Castro Marim, Dr. D. Pedro da Cunha, sobrinho da proprietária.

O Palácio de Xabregas tem páginas assente na história da Restauração de Portugal, por nele se haverem realizado algumas reuniões dos conjurados promovidas Jorge de Melo. Mostra ainda um semblante seiscentista, e no seu interior está bem marcado aquele período palaciano, sobretudo na cerâmica de azulejos, ao mesmo tempo que nalgumas salas se revelam restauros do século XIX.

INVENTÁRIO

O Palácio dos Melos, que se situa na Rua de Xabregas, contíguo pelo Nascente ao antigo convento dos franciscanos de Santa Maria de Jesus — desde 1845 fábrica de tabacos —, tem a sua fachada principal sobre a rua, antiga estrada, posto que o portal nobre assente na parte posterior, na ala sul de um pátio. O edifício reveste-se de certa expressão solarenga, sem relevo arquitectónico.

Exterior

Anota-se:

A **Fachada principal,** constituída por uma face única, dividida por pilastras em três corpos regulares; e nela:

Treze *janelas de sacada,* no andar nobre superior, de feitio setecentista, e sobrepostas de cornija, e outras tantas janelas de peito, no andar inferior imediato; portas, correspondentes a estabelecimentos comerciais, e uma porta, n.º 34, trivial, de acesso à parte baixa do palácio;

Um *corpo anexo,* estreito, contíguo pelo Poente à fachada principal, mais baixo do que esta, e nele: um andar envidraçado, superior, sob o qual se rasga uma única *janela de sacada,* assente sobre um *arco* de volta redonda que abre, sob passadiço, para a rampa de acesso ao pátio, e coroada essa janela por pedra de armas dos Cunhas, do ramo Vasques: nove cunhas em três palas, envolvidas por cinco escudinhos reais de quinas;

A **Fachada lateral Poente,** à direita da rampa, e nela: quatro *janelas de sacada,* no tipo das da fachada principal; duas janelas de peito inferiores àquelas, e três portas correspondentes a moradias de inquilinato modesto;

Na parede da rampa, do lado esquerdo, doze *placas de azulejos* seiscentistas, polícromos, com argolas de ferro, ao centro, primitivamente destinadas a prender animais;

A **Fachada Norte,** posterior, na face Sul do Pátio; e nela:

O *portal nobre* do palácio, de tipo setecentista, precedido de degraus, emoldurado de cantaria lisa sobrepujado de lindo coroamento arquitectónico, no centro do qual assenta a *pedra de armas* dos Cunhas, menos antiga do que a do arco de boca da rampa, mas mais perfeita, e coroada de grandeza; sete janelas de peito no andar superior, correspondente ao pavimento nobre, e ainda uma porta de serviço, entre janelas, no pavimento térreo;

O **Pátio,** desfigurado do que teria sido primitivamente, rectangular, com três faces, incluindo a posterior do palácio, numa das quais se vê um antigo tanque com bica de pedra com carranca.

Interior

No interior do palácio, de construção seiscentista, com dependências de traça confusa nalguns dos andares, paredes grossas maciças, e corredores abobadados, são visíveis os efeitos de restauros e sobreposições.

Anota-se:

O **Átrio** nobre, além do portal na fachada posterior do Pátio, e nele: o *chão* da placas de mármore, já corcomidas; o *tecto* de madeira, direito e liso, coberto a cal; *silhares bons de azulejos,* polícromos, do tipo de tapete do século XVII; duas janelas de assentos interiores revestidas de azulejos; várias portas laterais e de fundo, conduzindo a dependências, sem escadaria nobre;

Várias **Salas,** de traça seiscentista, com marcados restauros dos séculos XVIII e XIX, e entre elas:

A **Sala dos Paineis,** e nela: o chão de tijoleira, primitivo, o *tecto* apainelado, de madeira, em várias quadrelas, recoberto a branco; o envolvimento geral da sala com *silhares de azulejos,* seiscentistas monócromos, de assuntos mitológicos delicados, com bordadura de figurinhas e florações; as portas de *ombreiras de mármore;* dois grandes retratos a óleo, representando um *D. Tristão da Cunha,* que foi governador da Angola, outro *D. Pedro da Cunha,* que foi capitão general e governador da Madeira, e ainda outro quadro, mais pequeno, *D. Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Meneses,* 1.º Marquês de Olhão e monteiro-mor;

A **Sala de Baile** ou **de Música,** e nela: o *tecto,* em cúpula oval, com pinturas ornamentais, sobre estuque, representando uma cortina circulatória de mármore, vendo-se nela as quatro estações do ano em figuração; cinco *silhares de azulejos,* representando cenas campestres e de caça, envoltas em bordadura estilizada; as *paredes,* cobertas de *pintura* do século passado, de medíocre fantasia decorativa que contrasta com o carácter geral da sala; ombreiras de mármore rosa;

A **Sala das Batalhas** ou de **Jantar,** a mais interessante do palácio, e nela: o *chão de tijoleira;* o *tecto apainelado,* de estuque, não primitivo, com decorações a claro escuro e rosetas; os *silhares de azulejos,* seiscentistas, monócromos, em dois panos grandes de 5^{m} de largo e 1^{m},30 de alto, e outros mais pequenos ocupando os topos, os vãos

e uma passagem da Sala para outra dependência, representando todos cenas de batalhas de infantaria e cavalaria, e assedios das guerras da Restauração, com larga figuração e pormenorização militar, destacando-se num deles a bandeira branca armoreada de D. João IV, e todos envolvidos por cercaduras de panoplias e de estilizações;

A **Sala da Biblioteca,** e nela: tecto abaulado de estuque com pinturas ornamentais restauradas recentemente;

A **Saleta Directório,** e nela: o *tecto* abaulado de estuque, revestido de belas pinturas ornamentais (século XIX) do estilo «Directório», e paredes também com pinturas delicadas, a fresco;

A **Sala de Visitas,** e nela: o tecto abaulado, revestido de pintura a óleo sobre tela, vendo-se no centro um medalhão com legenda poética, dois «amores» e dois pombos; as paredes também cobertas de pinturas;

Uma **Saleta de Estar,** com pinturas nas paredes simulando tendas de campanha (século passado); outra **Saleta,** cujas pinturas longas nas paredes simulam uma estufa (hoje quarto de cama); e *vârias câmaras* todas acusando restauros do século passado.

PALÁCIO ÓBIDOS -- SABUGAL

Fachada Sul sobre a escadaria da Rocha do Conde de Óbidos, vendo-se à esquerda a antiga igreja do convento de S. João de Deus (pág. 51)

Fachada Norte do palácio, depois do restauro, com o portal primitivo armoriado (pág. 50)

PALÁCIO ÓBIDOS--SABUGAL

Salão da Biblioteca, com galeria, vendo-se no tecto parte da decoração «Pazes de Alvalade» (pág. 52)

PALÁCIO REDONDO

Fachada do antigo palácio dos Condes de Redondo, sobre a Rua de Santa Marta (pág. 60)

PALÁCIO ÓBIDOS-SABUGAL

Século XVII

Fundação	2.º quartel do séc. XVII
Restauros	Séc. XVIII
Restauros e reintegração . .	Séc. XIX

[Freguesia de Santos-o-Velho]

Breve notícia histórica

A casa nobre a Poente do Jardim Nove de Abril — antigo Jardim das Albertas —, no local mais conhecido pela síntese toponímica de Rocha do Conde de Óbidos, é uma fundação do segundo quartel do século XVII, *assente sobre um morro calcário, e teria seu núcleo primitivo sobre casas existentes no século* XVI. *Fez erguer, ou reconstruir inteiramente este palácio, o então alcaide mor de Lisboa, D. Vasco de Mascarenhas, 1.º Conde de Óbidos, que foi general das guerras da Restauração, 27.º vice-rei da Índia, vice-rei do Brasil, conselheiro de Estado de D. Afonso VI, falecido em 1678. Seu filho primogénito e herdeiro, o 2.º Conde, D. Fernando Martins Mascarenhas, que foi o primeiro Conde-Meirinho Mor, cargo que se conservou na família, casou em 1669 com D. Brites Mascarenhas da Costa e Castelo Branco, 2.ª Condessa da Palma, que herdara de sua avó o título de Condessa do Sabugal, ficando deste modo os três condados pela primeira vez reunidos. O palácio, que por ocasião do Terramoto pertencia ao 3.º Conde de Óbidos, D. Manuel de Assis Mascarenhas, sofreu pelo sismo alguns estragos, havendo sido desviados os muros de prumada e fendidas as paredes; restaurou-o o 4.º Conde, D. José de Assis Mascarenhas Castelo Branco da Costa de Lencastre. O 5.º Conde de Óbidos, nascido em 1778, D. Manuel, dos mesmos apelidos de seu pai, e varão muito culto, foi também 5.º Conde da Palma e do Sabugal, título este que se extinguira com a morte do bisavô em 1719, voltando assim a reunir-se na mesma pessoa os três condados. Continuou o palácio na posse dos Óbidos-Sabugal até 1874, ano em que o 8.º Conde dos dois títulos, e 9.º de Palma, D. Luís António de Assis Mascarenhas, casado havia dois anos com D. Ana de Melo Breyner, o deixou ir à praça, adquirindo-o um particular por 12 contos. O Rei D. Luís conseguiu que o comprador lhe vendesse o palácio pela mesma importância, e presenteou com a velha casa nobre dos Óbidos-Sabugal uma dama do Paço, precisamente D. Maria Teresa de Mascarenhas, irmã do 8.º Conde citado, e da qual o palácio se transmitiu para o sobrinho, afinal o legítimo proprietário*

de direito, D. Pedro de Melo de Assis Mascarenhas, 9.º Conde de Obidos, Senhor da Casa de Sabugal, de Palma, de Óbidos e Selir, filho de D. Luís António; com efeito em 1881, tinha D. Pedro apenas 7 anos, era sua tutora e defensora do seu património do palácio e terrenos circunvizinhos da Rocha do Conde de Óbidos, sua mãe D. Ana de Melo Breyner, falecida no palácio em 1904. D. Pedro morreu em 1905.

O Palácio esteve, em grande parte no princípio do século passado, alugado ao Club Inglês, que em 1903 nele recebeu o Rei Eduardo VII, de visita oficial à corte de Lisboa, e o mesmo Club no palácio permaneceu até 1919, ano em que a velha casa da Rocha do Conde de Óbidos foi adquirida por 65 contos pela Cruz Vermelha Portuguesa, por escritura lavrada a 30 de Junho daquele ano nas notas do tabelião May de Oliveira, havendo outorgado o general Joaquim José Machado, presidente então da Cruz Vermelha, e D. Pedro de Melo de Assis Mascarenhas, proprietário do palácio.

O palácio Óbidos-Sabugal, com a instalação nele dos serviços da Cruz Vermelha, recebeu logo de início obras sumárias, que tomaram vulto em 1934, e se prolongaram até 1947. O pátio, em declive, que nascia da Rua de S. Francisco de Paula, já então Rua do Presidente Arriaga, foi dividido em dois terraplanos, as fachadas foram restauradas e a principal, a Norte, sobre o pátio, recebeu revestimento de azulejos decorativos e abertura de novas janelas, correspondentes a dependências que se construiram sobre o primitivo e alto vestíbulo nobre; as salas, câmaras, átrios e capela foram renovadas, quase integralmente, nas paredes e tectos, recebendo, nem sempre com acerto, pinturas e adornos de materiais nobres, ajustados tanto quanto possível ao carácter seiscentista do palácio, tornando a histórica casa Óbidos-Sabugal digna do fim benemérito a que foi destinada. Foram estas obras orientadas pelo falecido secretário geral Afonso Dornelas.

INVENTÁRIO

O palácio dos Condes de Óbidos, Sabugal e Palma, debruçado sobre a Avenida Vinte e Quatro de Julho — e em cuja base de rocha ainda no meado do século passado, antes da construção do Aterro, chegava a margem do rio — apresenta três fachadas destacadas, e constitui um interessante núcleo arquitectónico decorativo.

Exterior

Anota-se:

A **Fachada principal,** a Norte, no fundo do antigo pátio, constituída por uma única frente, dividida em dois corpos, ligados e contínuos interiormente, sendo o do lado Poente mais alto; e nela:

No *corpo Nascente:*

O *Portal nobre,* ao centro, ocupando toda a altura, emoldurado de cantaria, e sobrepujado de tímpano, no qual assenta, entre volutas e ladeado de anjos, o brasão dos Óbidos-Sabugal, esquartelado no primeiro e quarto quartéis das armas de Portugal (castelos e quinas) e no segundo e terceiro das armas dos Mascarenhas (três faxas, mas que neste brasão aparecem com quatro, erradamente, apesar de assim as haverem adaptado alguns Mascarenhas), e sobrepujado de coroa ducal, e não condal, pela circunstância de os Sabugais serem considerados parentela real, por afinidade dos Lencastres;

Seis *painéis de azulejos,* monócromos, tipo século XVII (Gabriel Constante, 1935),

constituindo silhar a toda a largura deste corpo do edifício, ocupando os vãos entre as quatro janelas, coroadas de ática, que ladeiam o portal; os painéis, guarnecidos de pilastras e assentes sobre envasamento de florões, ornatos e medalhões, têm por motivos centrais figuras representando um fidalgo que chega a cavalo, um alabardeiro que corteja, uma dona que recebe, este com legenda: «Vinde M. Mercê receber nosso carinho entrando nesta casa em que Deus nos veja», um fidalgo rendido à cortezia, um soldado com arma, e a despedida do fidalgo, este também com legenda «Bem haja quem aos seus amigos busca, criando mais saudades para a ausência»; no andar superior quatro janelas, rasgadas muito recentemente.

No *corpo Poente:*

Portal da capela, com tímpano sobrepujado de cruz; duas portas de serviço e quatro janelas, vendo-se sobre a primeira um *nicho sineiro,* construído recentemente; no andar superior um *painel* de N. Senhora da Conceição (Gabriel Constante, 1935) com lâmpada suspensa, e seis janelas de peitoril.

A **Fachada Sul,** parte sobre o morro rochoso com arbustos e parte sobre o lanço Poente da escadaria da Rocha do Conde de Óbidos (esta construída pela Câmara Municipal em 1880, em terreno da Casa Sabugal); e nela:

Dois *corpos laterais,* avançados, cada um com duas janelas de sacada, seiscentistas, no plano superior e duas de peitoril no plano baixo, e ligados por varanda de varões seiscentistas, que defende o *terraço,* no fundo do qual se rasgam quatro janelas da ala superior do edifício, e duas laterais;

Uma *arcaria* inferior ao terraço, com cinco arcos de volta abatida cortados por dois mainéis, envidraçados, mas que foram primitivamente abertos;

Um *corpo anexo* pelo Poente, recuado, com três ordens de duas janelas, sendo as do centro de sacada;

A **Fachada Nascente,** sobre o antigo Jardim das Albertas, com uma porta de acesso, n.º 1, e uma janela no plano superior, duas janelas de sacada seiscentistas, e ainda duas, sobrepostas, de peitoril; na continuação desta face do palácio: o gradeamento da entrada do pátio, com portão, e um muro, mais alto, que acompanha o terraplano superior do mesmo pátio;

O **Pátio,** ajardinado inferiormente, e que na parte superior serve de depósito de material de serviço da Cruz Vermelha.

Interior

O interior do palácio mostra uma grande transfiguração do que teria sido na sua austeridade primitiva, e mesmo do século passado, havendo ganho nas obras de restauro certa dignidade decorativa, mas perdido bastante do seu carácter original, embora se houvesse aproveitado quanto na casa dos Óbidos-Sabugal havia de representativo.

Anota-se sem ordem na sequência:

A **Sala da Biblioteca,** antigo salão, reconstruída depois de 1935, a dependência mais sóbria do palácio, traçada, na concepção de Afonso Dornelas, sob a sugestão do salão nobre da Academia de Ciências de Lisboa; e nela:

O *tecto apainelado,* com pinturas ornamentais nos quatro ângulos, e um painel central (G. Constante, 1938), reproduzindo as «Pazes de Alvalade», no qual figuram a Rainha Santa Isabel, o Rei D. Dinis e seu filho D. Afonso; no envolvimento da sanca guarnição de grinaldas, com grupo de figurinhas infantis sobre pedestais, e ao centro de um dos lados uma legenda «Inter Arma Charitas»;

Galeria circundante, com balaustrada de madeira, no estilo de livraria dos fins do do século XVII, para a qual se sobe, desde a sala, por uma escada interior de caracol;

Armação envolvente de toda a sala, no mesmo estilo da *Galeria,* avivada de ouro, com portas envidraçadas;

Alisares de mármore rosa, chão de «parquet», e decorações de fingidos.

A **Sala das Tapeçarias** ou de **D. João de Castro,** a mais decorativa e valiosa do palácio, reproduzindo nos vãos de quatro portas e quatro janelas, e no envolvimento de silhares de azulejos, monócromos, em oito painéis, as tapeçarias, tecidas em Bruxelas, em 1555, em lã, seda, ouro e prata, das colecções da Casa de Austria, do antigo «Hofburgs» de Viena, do palácio dos «Habsburgos», encorporados no «Kunsthistoriches Museum» (reproduções de G. Constante, 1935); representam o Cerco de Diu, cenas da campanha contra o Hidalcão, a esquadra de D. João de Castro, num fundo, vista de Dabul, o regresso e a entrada triunfal em Goa (1547), extenso cortejo que ocupa vários painéis, cheios de figuração e de pormenores valiosíssimos, e todos eles envolvidos por bordadura ricamente decorativa, com folhagem, frutos, medalhões e meninos, e acompanhados por legendas latinas dos originais e por interpretações correntes;

Tecto apainelado, em caixotões sobrepostos, de estuque, pintados a cor única; alisares de mármore rosa.

A **Sala Diana,** contígua ao terraço, e nela:

Envolvimento *de silhar de azulejos,* seiscentistas, monócromos, em dez painéis, representando cenas mitológicas e pastoris de Diana, a Caçadora, com bordaduras de tapete;

Tecto liso, de estuque, e que antes fora apainelado; alisares de mármore negro.

Uma **Câmara,** que serve de gabinete da direcção da Cruz Vermelha, e nela:

Silhar de pórfiro castanho, em placas quadradas, que primitivamente constituiam o pavimento do grande vestíbulo nobre; *tecto abaulado,* com pinturas modernas, polícromas ornamentais, com figuração delicada de anjos e flores; alisares de mármore rosa.

A **Sala das Parábolas,** contígua à Sala das Tapeçarias, e nela:

Silhares de azulejos, modernos (José Leite), com dez painéis idênticos aos da

Sala Diana, representando parábolas, ao tipo francês do claustro de S. Vicente; *tecto liso de estuque*, alisares de mármore rosa.

A **Sala do Fogão, ou das Visitas,** situada à direita do Átrio da Capela; e nela:

O *silhar de azulejos*, monócromos, em *vários painéis*, do século XVIII, representando cenas palacianas e campestres, ao estilo francês, envolvendo toda a sala, sendo um deles, o do topo do fundo, de factura recente (G. Constante), em composição decorativa na qual avulta a reprodução do palácio que se pode ver num dos panos de azulejo do Museu de Arte Antiga, que advieram do palácio dos Marqueses de Ferreira, aos Lóios;

O *tecto apainelado*, primitivo, em ângulos e faces, de pintura polícroma ornamental, a fresco, recente (Constante, 1934), e reproduzindo em quatro pequenos rectângulos *Vistas do Palácio Óbidos-Sabugal*, do lado Sul: do século XVII, assente sobre morro rochoso, e com casas de pescadores e marítimos no areal; do século XVIII, vendo-se aos lados o convento de S. João de Deus e o muro do Jardim das Albertas; do século XIX, situado entre o mesmo convento e um edifício junto ao rio; do século actual, como o palácio, nesta fachada, agora se mostra; paredes revestidas de brocados fingidos e alisares de mármore rosa;

Fogão antigo, com emolduração de mármores de vários tons, e que pertencia a outra sala do palácio.

A **Capela,** e suas pequenas dependências, no pavimento inferior do corpo Poente da face Norte do Palácio, e nela:

A *câmara de acesso*, que abre do portal do pátio, com tecto antigo apainelado em losangos, mas com pintura ornamentista moderna (1935), e revestida de silhar de azulejos do século XVII, monócromos;

A *antecâmara da capela*, toda reconstituição recente (concepção de Afonso Dornelas), e nela: tecto apainelado, vistoso, com profusão de dourados e pinturas ornamentais e em medalhões; paredes revestidas de silhares de azulejos modernos, tipo seiscentista de tapete, polícromos, avultando entre eles um painel monócromo, de N. Senhora da Conceição, com legenda latina; bancada de mármore rosa, cujo espaldar mostra, entre os escudos dos Mascarenhas, primitivos, uma inscrição moderna referentes aos muitos títulos e senhorios dos antigos proprietários do palácio;

Baptistério, de recente construção, com tecto de cúpula redonda em clarabóia fingida, e profusão de dourados decorativos incaracterísticos; revestimento de azulejos polícromos modernos, tipo de D. Maria I; pia de baptistério, sobre pilar, de mármore, redonda e em gomos, com legenda envolvente;

Sacristia, com tecto apainelado moderno e pinturas polícromas ornamentistas; silhares de azulejos monócromos do tipo seiscentista; alisares de mármore rosa, e cobertura das paredes com fingidos medíocres;

A *Capela*, pròpriamente dita, pequena, com dois corpos simulando nave e capela mor, reconstruída em 1935 sobre a capela antiga do palácio, e nela:

O tecto de estuque abobadado, em arco de cesto, revestida de branco de cal, com pinturas polícromas representando o Espírito Santo, sobre o altar, e as armas reais, na nave simulada; altar e supedâneo de

mármore; nicho na parede com imagem de N. Senhora da Conceição; revestimento de azulejos polícromos do tipo do século XVII; sanca toda guarnecida de balaustres em pintura, com grinaldas; várias legendas evocativas em molduras de mármore, informando uma delas que a capela fora fundada no último quartel do século XVII por D. Vasco de Mascarenhas, Alcaide Mor e Conde de Óbidos, com honras de parente real.

(Esta *Capela* e suas dependências têm um interesse meramente decorativo).

Outras *Salas*, *Câmaras* e *Átrios* deste palácio, ou são recentes e adaptadas, ou não têm outro interesse que não resulte de silhares de azulejos primitivos ou reproduzidos de antigos.

Cozinha antiga, restaurada, com abóboda de aresta, e um único pilar de sustentação, mostrando ainda um semblante primitivo que a modernização não anulou.

[A parte contígua ao Palácio, e nele integrada, com entrada pela Rua Presidente Arriaga, e não alienado em 1919 por D. Pedro de Melo de Assis Mascarenhas, foi adquirida em 6 de Abril deste ano de 1948, às senhoras D. Maria Isabel de Melo de Assis Mascarenhas de Barros, com seu marido João Macedo de Barros, e a D. Maria de Melo de Assis Mascarenhas, condessa, viúva, da Foz, ambas irmãs de D. Pedro de Melo de Assis Mascarenhas].

PALÁCIO FIGUEIRA

Século XVII

Fundação primitiva . . . . . Cêrca de 1563
Reedificação . . . . . Meados do séc. XVII

[Freguesia da Graça]

Breve notícia histórica

O Palácio Figueira, a Santo André, situado entre o alto da calçada desta denominação e o começo da Calçada da Graça, é uma construção pesada, acentuadamente seiscentista, na qual avulta o portal nobre da fachada principal.

O seu núcleo fundamental remonta aos fins do século XV, *e foi erigido por um fidalgo, João de Mendoça, cognominado «o Cação», a quem D. João II, cerca de 1490, deu licença para que construisse casa junto à muralha da cerca e postigo de Santo André. Um seu neto, do mesmo nome, casou com D. Helena de Mendoça, e ambos instituiram em 1578 o morgado da Avé-Maria, a Santo André. Uma filha de D. Joana de Mendoça, 3.ª Senhora do morgado, D. Luisa Maria, casou com o 2.º Marquês de Montebelo, António Félix Machado da Silva e Castro, Senhor de Entre Homem e Cavado e de outras terras e solares, e desta forma entraram os ricos Félix Machados na casa de Santo André, dos Mendoças da Avé-Maria. A casa solarenga fora já reedificada, quasi desde os fundamentos, no meado do século* XVII, *apenas com um andar, e em 1676, quando do casamento da senhora Mendoça com o 2.º Montebelo, o palácio foi acrescido de um andar nobre, recebendo ainda ampliações e benefícios. É este o actual Palácio de Santo André, que pouco dano sofreu pelo Terramoto, era então do menor Jorge Francisco Machado de Castro, filho de Félix José Machado de Mendoça, e estava arrendado ao encarregado de negócios da Inglaterra.*

Em 1822 D. Maria Amália Machado de Mendoça, filha única e herdeira de Luís Machado de Mendoça, senhor do Morgado de Santo André, e de D. Mariana Saldanha e Oliveira, da casa dos Condes de Rio Maior (Saldanha e Sousa Carvalho e Daun), casou com o 1.º Conde da Figueira, D. José de Castelo Branco Correia e Cunha de Vasconcelos e Sousa, filho do 1.º Marquês de Belas e 6.º Conde de Pombeiro, e neto do 4.º Conde e 1.º Marquês de Castelo Melhor; D. José Castelo Branco era já viúvo (1818) de D. Maria José de Melo Meneses da Silva, senhora do Morgado da Figueira, o que explica o título de conde daquele título que a D. José foi concedido em 1810. Deste modo entrou o palácio dos Mendoças e dos Félix Machados na casa Figueira, e na qual se mantém por afinidade e não por linha directa.

O 1.º Conde da Figueira, D. José, faleceu no palácio de Santo André — como os seus sucessores — em 1872, e o 2.º Conde, D. José Luís, em 1918, sendo então partilhados os seus bens pelos três filhos, cabendo o palácio ao sucessor 3.º Conde, D. Luís, e os prédios anexos da Calçada da

Graça a D. Maria Ana, que casara com Pedro da Gama Berquó (falecido depois) e a D. Maria Amália, casada com D. José de Carvalho Daum e Lorena (ambos já falecidos). D. Luís Machado Castelo Branco morreu em 1939, sem filhos, determinando em testamento, que sua casa e bens ficassem pertencendo em usufruto a sua viúva, D. Francisca de Mendoça, actual Condessa da Figueira, e de direito aos cinco filhos de seu sobrinho D. Bento de Carvalho Daun e Lorena: D. José do Carmo, D. Nuno, D. Maria Bernardina, D. Jorge e D. Maria Amália.

Um incêndio lavrou em parte deste palácio em 1875, mas poucos estragos fez, obrigando contudo a obras de restauro. Em 1913 foi demolido o pitoresco Arco de Santo André, da Cerca de D. Fernando, contíguo ao palácio, e que, superiormente, punha este em ligação com as casas da entrada da Costa do Castelo.

INVENTÁRIO

O Palácio Figueira, a Santo André, de sólidos cunhais nas prumadas extremas das suas faces, mas que não atingem toda a altura do edifício, assinala-se pela sua primitiva fachada principal orientada a Sul, e pelo robusto portal que a domina, caracterizadamente seiscentista, constituindo no exterior um curioso monumento de fisionomia lisboeta.

Exterior

Anota-se:

A **Fachada principal,** sobreposta ao alto e ao centro por um andar superior reduzido, apenas com duas janelas; e nela:

O *andar nobre,* superior ao primeiro entablamento, com oito janelas de sacada com varões seiscentistas, sendo as duas do centro ligadas por varanda avançada;

O **Portal Nobre,** da fundação do edifício, em desnível, emoldurado de cantaria e guarnecido por duas colunas de troços redondos sobrepostos, no tipo das portas das fortalezas seiscentistas, e que sustentam a arquitrave na qual assenta a pedra de armas dos Mendoças, que parece não ser a primitiva, franchada, com legenda, dividida por dois ângulos do brasão, AVE MARIA;

O *corpo inferior,* mas alto, com quatro janelas, sendo uma de sacada, e duas portas pequenas que servem habitações dadas a inquilinato;

A **Fachada Nascente,** em desnível, no alto da Calçada de Santo André, e nela o andar nobre, superior, com oito janelas de sacada do mesmo tipo das da fachada principal e no mesmo alinhamento, e ainda com sete janelas de peitoril no plano inferior, além de várias janelas e frestas, cinco portas de estabelecimento comerciais e três de serviço de inquilinos;

A estreita **Fachada Norte,** sobre um quintal, apenas com uma janela de sacada no andar superior, e três nos andares inferiores;

A **Fachada Poente,** no começo da Calçada da Graça, com dois corpos distintos, sendo, o de baixo, com quatro janelas de sacada, correspondente ao edifício primitivo, e o que lhe fica contíguo, mais alto e avançado, e de uma feição diferente do palácio seiscentista, enobrecido por *portal nobre,* (actual acesso ao palácio) de tipo setecentista, emoldurado, com tímpano aberto; superiormente quatro janelas de peitoril coroadas de cornijas.

Interior

Anota-se:

O **Átrio** ou vestíbulo actual, incaracterístico, servido pelo portal da Calçada da Graça, com tecto liso de estuque, chão empedrado, e, à esquerda, uma pequena escadaria de dois lanços, com parede e guarnição de mármore rosa, a qual conduz à parte nobre do palácio, ocupada pelos seus proprietários, no corpo primitivo seiscentista do edifício;

As **Salas,** de tectos de madeira, apainelados, sem pinturas ou interesse artístico, e das quais cumpre apenas destacar: a *Sala encarnada,* sobre a fachada principal primitiva, a *Sala branca,* de entrada, a *Sala verde,* no ângulo Sul-Nascente do palácio (as designações correspondem à cor do revestimento das paredes), salas estas adornadas de retratos de escendentes da família e de alguns bons quadros, alguns dos quais atribuídos a Goia;

A *Capela,* pequena com roda-pé de bons azulejos e imagens que pertenceram à igreja da Madre de Deus.

(Contíguos ao palácio, na Calçada da Graça, situam-se os três prédios, do século passado, que pertenciam à Casa Figueira, no tempo do 2.º Conde, falecido em 1918, e que foram depois partilhados por duas suas filhas, estando assim desintegrados do edifício palaciano).

PALÁCIO DOS CONDES DE REDONDO

Século XVII

Fundação . . . . . 3.º quartel do séc. XVII
Restauros . . . . . Séc. XVIII

[Freguesia do Coração de Jesus]

Breve notícia histórica

O antigo palácio dos Condes de Redondo, na Rua de Santa Marta — uma sombra do que foi, a viver apenas do seu exterior repousado — é uma fundação que não deve recuar mais que ao terceiro quartel do século XVII. *Fê-lo erguer ou reedificar, um dos Condes de Redondo, talvez D. Duarte de Castelo Branco, 7.º do título, vedor da Casa de D. João IV, ou seu irmão e sucessor, 8.º Conde, D. Francisco de Castelo Branco, falecido em 1686 sem descendência nem ascendência masculinas, vagando então para a Coroa a Casa e o Condado de Redondo. É esta a razão por que se viu a Rainha D. Catarina, viúva de Carlos II de Inglaterra, residir neste palácio, «cedido por seu irmão D. Pedro II», quando regressou ao Reino, e antes de a mesma senhora ir habitar o seu Paço da Bemposta. D. Pedro II, em 1693, fez mercê dos bens e título de Redondo a D. Manuel Coutinho, 9.º Conde, filho segundo do Marquês de Marialva, e quarto neto de D. Vasco Coutinho, Conde de Borba, e 1.º Conde de Redondo. Este 9.º Conde morreu sem sucessão e a varonia passou para os Sousas, sendo 10.º Conde D. Fernão de Sousa Coutinho; o 13.º Conde D. Tomé Xavier de Sousa Coutinho de Castelo Branco e Meneses foi feito, em 1811, 1.º Marquês de Borba.*

O Palácio sofreu pouco pelo Terramoto, dada a sua sólida construção, dando então albergue a muita gente; foi, contudo, objecto de restauros levados a efeito pelo 12.º Conde, D. Fernando.

A grande quinta dos Redondos e Borbas, que se estendia a Nascente do palácio, e era uma das maiores de Lisboa, foi retalhada em 1878, depois de haver sido comprada por uma empresa urbanizadora do bairro Camões, cujo principal influente foi o Conde de Burnay, era então senhor da Casa, D. Fernando Luís de Sousa Coutinho, 3.º Marquês de Borba, mas continuando o palácio na família Sousa Coutinho. Pertence hoje este antigo palácio — dado a inquilinato — à Condessa de Arnoso, ocupando-o, além de famílias humildes, a Assistência Infantil e a Cantina Escolar da freguesia do Coração de Jesus, duas escolas primárias, uma agência funerária e vários estabelecimentos comerciais.

INVENTÁRIO

O antigo Palácio dos Condes de Redondo, no fim da Rua de Santa Marta, do lado Nascente, pode assinalar-se apenas pela sua fisionomia exterior.

Exterior

A **Fachada,** em extensão, constituída por sete corpos contíguos, divididos por pilastras, com duas ordens de vinte e duas janelas, sendo as do andar nobre de sacada, com varões seiscentistas, e coroadas de cornija; e nela:

O **Portal,** sobrepujado de tímpano emoldurado de cantaria, que dá acesso, sobre um pequeno passadiço, ao

Pátio interior, quadra outrora palaciana, que abre do corredor de acesso por um arco de volta abatida, e, nele, as quatro *faces regulares,* correspondentes a alas do edifício, uniformes nas suas duas ordens, de seis janelas, no tipo das da frontaria; uma *cisterna* seiscentista, com sua guarda de cantaria, ao centro da quadra; ao fundo, portal do átrio.

Interior

Escadaria, que nasce de um pequeno átrio ao fundo do pátio, e sem qualquer interesse, no segundo patamar da qual se situa a porta de acesso às antigas *salas,* hoje totalmente desfiguradas, notando-se apenas, como sobrevivência, alguns tectos apainelados, mas recobertos de pintura a branco.

(O edifício sofreu incêndio parcial na ala Sul em 30 de Dezembro de 1939, sendo no ano seguinte sumàriamente reparado).

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA C. M. L.

0316378
INVENTÁRIO DE LISBOA

PREÇO
12$50